



CATAGUASES AVANÇA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Edital do primeiro concurso para a Guarda Civil Municipal
será publicado nos próximos dias

Além de 35 vagas para a Guarda Municipal, o concurso contempla 15 vagas para Agente de Trânsito e 5 vagas para a Defesa Civil

A Prefeitura de Cataguases confirmou, nesta primeira semana de janeiro, o lançamento do edital do primeiro concurso público para a Guarda Civil Municipal (GCM), um marco histórico no processo de estruturação da segurança pública no município.

O anúncio foi feito pelo prefeito José Henriques, que ressaltou a relevância da iniciativa para o fortalecimento das políticas de prevenção, a proteção do patrimônio público e a ampliação da presença institucional do poder público nas ruas. O Edital nº 001/2026 deverá ser publicado nos próximos dias, na íntegra, no site www.concursosintec.org.br, endereço eletrônico da banca organizadora do certame.

Ao todo, o concurso público oferecerá 55 vagas, distribuídas entre os três eixos que compõem o novo sistema de proteção municipal:

- 35 vagas para Guarda Civil Municipal;
- 15 vagas para Agente de Trânsito;
- 5 vagas para a Defesa Civil.

As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, por meio do site da banca organizadora, no período de 13 de março a 11 de abril de 2026. Todas as informações referentes às normas do concurso, requisitos, etapas, cargos ofertados, número de vagas, conteúdo programático e critérios de avaliação estarão detalhadas no edital oficial, que será amplamente divulgado nos canais institucionais da Prefeitura.

Um projeto que se consolida

A criação da Guarda Civil Municipal vem sendo construída desde 2025, quando a Prefei-

tura de Cataguases, em parceria com o Instituto Intec, encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei que institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal. O documento define princípios, estrutura organizacional, cargos e plano de carreira da nova corporação.

O estatuto estabelece a formação de uma guarda profissionalizada, com capacitação técnica, critérios objetivos de ingresso e funcionamento transparente, prevendo ainda mecanismos de controle e fiscalização, como a Corregedoria e a Ouvidoria, que fortalecem a governança e o controle social.

Avanço para a Segurança Pública

Com a realização do concurso, Cataguases avança de forma decisiva na consolidação de uma força de segurança pública municipal estruturada e permanente, alinhada às melhores práticas adotadas por guardas civis em municípios de porte semelhante.

Entre as atribuições da futura Guarda Civil Municipal estão o patrulhamento preventivo das áreas urbanas, a proteção de bens, serviços e instalações públicas, o apoio a ações de fiscalização e defesa civil, além da atuação integrada com outras forças de segurança em operações conjuntas.

A inclusão de agentes de trânsito e profissionais da Defesa Civil amplia o alcance da nova estrutura, reforçando o compromisso do município com a organização urbana, a prevenção de riscos e a promoção do bem-estar da população. O concurso representa, assim, um passo estratégico na construção de uma política pública de segurança mais próxima do cidadão e voltada ao desenvolvimento sustentável da cidade.



JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS - Processo nº 5003985-41.2024.8.13.0153. A MMa. Juíza de Direito titular da Segunda Vara Cível desta Comarca, Dra. Luciana de Oliveira Torres, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio CITA os requeridos e confrontantes do imóvel usucapiendo e todos os réus ausentes, incertos e desconhecidos e demais pessoas interessadas para, querendo, contestarem a AÇÃO DE USUCAPIÃO nº 5003985-41.2024.8.13.0153 requerida por ALEIDY EVELIN ALIENDO DE VEGA, nos quinze dias seguintes ao prazo de fruição do presente, com as advertências de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos trazidos pelos requerentes na petição inicial. O imóvel tem as seguintes características: “Trata-se de um apartamento de nº 101, no 1º andar do lado direito, composto de três quartos, uma sala, uma cozinha, uma área de serviços, um banheiro social, um banheiro de empregada, uma vaga na garagem para um automóvel, devidamente matriculado sob o nº 5.363 no CRI de Cataguases”. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital, que será publicado nas Imprensas Oficiais Estadual e Municipal e afixado no átrio do Fórum local, cientes que, transcorrido o prazo de trinta dias a partir da publicação, dar-se-á por perfeita esta citação. Cataguases, data da assinatura eletrônica. Eu, Josiane de Fátima Marinho Ribeiro, Gerente de Secretaria, o subscrevo. Luciana de Oliveira Torres - Juíza de Direito.

JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS -Processo nº 5000303-44.2025.8.13.0153. A MMa. Juíza de Direito titular da Segunda Vara Cível desta Comarca, Dra. Luciana de Oliveira Torres, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio CITA os SUCESSORES do requerido, em nome de quem se encontra transcrito o imóvel usucapiendo, ESPÓLIOS DE MARIA ANGÉLICA PEREIRA, MARLY PEREIRA DA SILVA (CPF nº 256.103.097-00) e MARLENE PEREIRA DA SILVA e todos os réus ausentes, incertos e desconhecidos e demais pessoas interessadas para, querendo, contestarem a AÇÃO DE USUCAPIÃO nº 5000303-44.2025.8.13.0153 requerida por MÁRCIA NEPOMUCENO SILVA, nos quinze dias seguintes ao prazo de fruição do presente, com as advertências de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos trazidos pelos requerentes na petição inicial. O imóvel tem as seguintes características: Trata-se de um imóvel residencial situado na Rua Tiradentes, nº 85, Centro, no Distrito de Vista Alegre-MG, e seu respectivo terreno com 129,49 m de perímetro e área total de 665,80 m² e os seguintes limites e confrontações: Frente: 13,20 m de frente para a Rua Tiradentes Fundos: 15,22 m de fundos para o Rio Pomba Esquerda: 10, 25 m - Confrontando pelo lado esquerdo com o imóvel de Antônio Pereira da Silva, sem matrícula. Direita: 16,93m- Confrontado pelo lado direito com um imóvel Maria Angélica Pereira, sem matrícula. No endereço há uma casa de morada com varanda, sala, 3 quartos, 1 banheiro, copa, dispensa e uma cozinha, devidamente matriculado sob o nº 25.231 no CRI de Cataguases”. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital, que será publicado nas Imprensas Oficiais Estadual e Municipal e afixado no átrio do Fórum local, cientes que, transcorrido o prazo de trinta dias a partir da publicação, dar-se-á por perfeita esta citação. Cataguases, data da assinatura eletrônica. Eu, Josiane de Fátima Marinho Ribeiro, Gerente de Secretaria, o subscrevo. Luciana de Oliveira Torres - Juíza de Direito.



DECRETO LEGISLATIVO Nº 26/2025

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autoridade contida na Lei em vigor, decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada nos termos do parágrafo 3º artigo 43 da Lei 4.320/64 a anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias para abertura de crédito do Executivo no valor de R\$535.000,00(quinhetos e trinta e cinco mil reais) das seguintes verbas do orçamento vigente do Legislativo:

01.031.0001.1.001 Construção, ampliação e reforma da Sede do Legislativo	
4.4.90.51.00 Obras e instalações	50.000,00

01.031.0001.2.005 Manutenção das atividades do Legislativo	
3.1.90.04.00 Contratação por tempo determinado	20.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações patronais	80.000,00
3.3.90.30.00 Material de consumo	10.000,00
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	20.000,00
3.3.91.41.00 Contribuições	40.000,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente	200.000,00

01.031.0001.2.006 Promoção de recepção e homenagens	
3.3.90.30.00 Material de consumo	20.000,00
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	10.000,00

01.031.0001.2.007 Capacitação de pessoal	
3.3.90.14.00 Diárias pessoal civil	10.000,00

01.031.0001.2.011 Manutenção do site do Legislativo	
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	25.000,00

01.031.0001.2.012 Manutenção da Procuradoria da Mulher	
3.1.90.14.00 Diárias pessoal civil	10.000,00
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	5.000,00

01.031.0001.2.229 Manutenção das atividades do Programa Parlamento Jovem	
3.3.90.14.00 Diárias pessoal civil	5.000,00
3.3.90.30.00 Material de consumo	10.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e despesas com locomoção	10.000,00
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	10.000,00

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir desta data.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2025.

Vinicius Machado
Presidente

Ana Cristina dos Santos Romão
1º Vice-Presidente

Marcos Costa Garcia
2º Vice-Presidente

Júnio Elias da Silva Valentim
1º Secretário

Henrique Silva Oliveira
2º Secretário

Flávio Alves de Sousa
Tesoureiro

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 105/2025

Dispõe sobre a concessão de férias a Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Cataguases

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto na legislação trabalhista e nas normas internas desta Casa Legislativa; CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados já cumpriram o respectivo período aquisitivo de férias;

CONSIDERANDO o recesso Legislativo no mês de janeiro, período em que não há atividades parlamentares ordinárias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Cataguases, conforme relação nominal abaixo, referentes ao período aquisitivo legalmente cumprido:

I – Danielle Dias da Silva - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

II – Deisy Alves Palmeira - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível Ii

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

III – Fabiana da Silva Quiodine Figueiredo -Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

IV – Flávia Rosa da Silva - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

Período Concessivo: 02/01/2026 a 31/01/2026

V – Hudson Ribeiro de Resende - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

Período Concessivo: 02/01/2026 a 31/02/2026

VI – Jean Menezes Vilela Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 13/01/2025 a 12/01/2026

Período Concessivo: 13/01/2026 a 11/02/2026

VII – Josiel Machado Garcia - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

VIII – Leonardo de Oliveira Josino - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 06/01/2025 a 05/01/2026

Período Concessivo: 06/01/2026 a 04/02/2026

IX – Marco Aurélio Rodrigues de Oliveira - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

X – Renata Vieira Figueiredo da Silva Areias - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

XI – Robson Campos de Siqueira - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

Período Concessivo: 02/01/2026 a 31/01/2026

XII – Rogério de Paula Avelar - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

XIII – Samuel Nicolau Ferreira - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível I

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

XIV – Walace Joel de Oliveira - Assessor(a) Parlamentar(a) Nível II

Período Aquisitivo: 03/01/2025 a 02/01/2026

Período Concessivo: 03/01/2026 a 01/02/2026

Art. 2º Os Assessores Parlamentares que não constam nesta Portaria, por não terem completado o período aquisitivo de férias, permanecerão em exercício ou terão sua situação funcional disciplinada por ato próprio.

Art. 3º As férias concedidas por esta Portaria coincidem com o período de recesso da Câmara Municipal, não acarretando prejuízo ao funcionamento administrativo essencial da Casa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete da Presidência, em 02 de janeiro de 2025

Vereador VINICIUS MACHADO

Presidente da Câmara Municipal de Cataguases

PORTARIA Nº 113/2025

Institui Comissão de Inventário Físico e Financeiro da Câmara Municipal de Cataguases O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES – MG, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO, E EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

RESOLVE :

Artigo 1º – Nomear Comissão para Verificação e Certificação do Inventário Físico e Financeiro dos Vantagens em Tesouraria, Materiais em Almoxarifado, dos Bens Patrimoniais Estocados, Cedidos e Recebidos em Gestão, das Contas Representativas do Ativo e Passivo do Exercício de 2024 da Câmara Municipal de Cataguases.

Artigo 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior será composta de (três) membros:

I – Leonardo Pereira dos Reis – Presidente;

II – Lídia da Silva Rocha Batista – Membro;

III – Patricia da Silva Moreira Alves – Membro.

Artigo 3º - Revogadas às disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor em 22 de dezembro de 2025.

Gabinete da Presidência, 22 de dezembro de 2025

Vereador VINICIUS MACHADO

Presidente

PORTARIA Nº 01/2026

Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;

CONSIDERANDO a Portaria nº 19/2025, de 03 de janeiro de 2025, que nomeou o servidor HUMBERTO HENRIQUES VALVERDE FILHO, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Procurador Geral do Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo servidor HUMBERTO HENRIQUES VALVERDE FILHO, inscrito na OAB/MG sob o nº 101013/MG, anteriormente denominado Procurador Geral do Legislativo, passando a denominar-se PROCURADOR GERAL, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.

Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do servidor junto à Câmara Municipal de Cataguases.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026

Vereador VINICIUS MACHADO

Presidente

PORTARIA Nº 02/2026

Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;

CONSIDERANDO a Portaria nº 01/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) CARLA TEIXEIRA SIMÕES, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Diretora Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) CARLA TEIXEIRA SIMÕES. anteriormente denominado(a) Diretora Administrativa, passando a denominar-se DIRETORA GERAL, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.

Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026

Vereador VINICIUS MACHADO

JORNAL CATAGUASES

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO • FUNDADO EM 28 DE JANEIRO DE 1906
Diretor Geral

• José Peixoto Parreiras Henriques / Prefeito de Cataguases

Coordenadora da Comunicação: Lilian Mara Miranda Trindade

Editora: Vera Lúcia Maciel - Registro. Mtb. 17683

Repórteres: Cristina Quirino • Roberto Guimarães • Bernardo Chaia

Diagramação: • Roberto Guimarães • Vera Lúcia Maciel

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Praça Santa Rita, 462 - Cataguases/MG - Telefone: (32) 3422.1066

E-MAIL - jornal@cataguases.mg.gov.br • PORTAL - www.cataguases.mg.gov.br

Facebook: Prefeitura Municipal de Cataguases

Instagram: @cataguasesprefeitura

ATENDIMENTO À IMPRENSA: comunicacao@cataguases.mg.gov.br

Valor da Unidade Fiscal do Município (UFM): R\$ 473,62

Prefeito

José Inácio Peixoto Parreiras Henriques
Vice-Prefeita

Ana Carolina Damasceno
Secretário de Administração

Daniel Renault de Castro
Secretária de Cultura e Turismo

Rosângela Moreira Lima Costa
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Rafael Resende Nogueira
Secretário de Fazenda

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Gestão Institucional

Ricardo Henrique Castro de Mattos
Secretário de Saúde

Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira
Secretária de Desenvolvimento Social

Mariely Martins Costa
Secretária de Educação

Marilda Matias de Souza Silva
Secretário de Esporte

Daniel Maciel da Silva
Secretário de Obras

José Maria M. Sasso
Secretário de Serviços Urbanos

Alessandro Cardoso Vieira
Procurador Geral do Município

Alcino Rodrigues Carvalho

MESA DIRETORA 2025/2026

Presidente: Vereador **Vinicius Machado**

1º Vice-Presidente: Vereadora **Ana Cristina dos Santos Romão**

2º Vice-Presidente: Vereador **Marcos Costa Garcia**

1º Secretário: Vereador **Junio Elias da Silva Valentim**

2º Secretário: Vereador **Henrique Silva Oliveira**

Tesoureiro: Vereador **Flávio alves de Souza**

PLENÁRIO

Vereadores: **Antônio Gilmar de Oliveira, Carlos Magno de Melo Nóbrega, Felipe Ramos, Fernando Medeiros Pereira, Giovana Aparecida Costa, Giovanni Groppo Toledo, Josimar Branquinho de Almeida, Ricardo Geraldo Dias, Willian José Lourenço Jerônimo**

JORNAL CATAGUASES

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO • FUNDADO EM 28 DE JANEIRO DE 1906
Diretor Geral

• José Peixoto Parreiras Henriques / Prefeito de Cataguases

Coordenadora da Comunicação: Lilian Mara Miranda Trindade

Editora: Vera Lúcia Maciel - Registro. Mtb. 17683

Repórteres: Cristina Quirino • Roberto Guimarães • Bernardo Chaia

Diagramação: • Roberto Guimarães • Vera Lúcia Maciel

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Praça Santa Rita, 462 - Cataguases/MG - Telefone: (32) 3422.1066

E-MAIL - jornal@cataguases.mg.gov.br • PORTAL - www.cataguases.mg.gov.br

Facebook: Prefeitura Municipal de Cataguases

Instagram: @cataguasesprefeitura

ATENDIMENTO À IMPRENSA: comunicacao@cataguases.mg.gov.br

Valor da Unidade Fiscal do Município (UFM): R\$ 473,62

Cataguases		Domingo, 11 de janeiro de 2025	
Presidente		CONSIDERANDO a Portaria nº 02/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) TOMAZ ESTEVES GOMES DA SILVA, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Assessor Parlamentar Nível II;	
PORTARIA Nº 03/2026		RESOLVE:	
Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.		Art. 1º Exonerar a partir do dia 02 de janeiro de 2026, o(a) servidor(a) TOMAZ ESTEVES GOMES DA SILVA, nomeado pela Portaria nº 02/2025, de 02 de janeiro de 2025 para o cargo comissionado de Assessor Parlamentar Nível II , em razão da nova estrutura administrativa da Câmara Municipal, instituída pela Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.	
O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,		Art. 2º Nomear o(a) mesmo(a) servidor(a), a partir da mesma data, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Divisão de Compras, Contratos e Patrimônio, criado pela Lei Municipal nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, passando a integrar a nova estrutura organizacional da Câmara Municipal de Cataguases.	
CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;		Art. 3º Fica expressamente consignado que a exoneração e a nomeação de que tratam os artigos anteriores não acarretam a perda do vínculo do servidor com a Câmara Municipal, tratando-se apenas de adequação funcional decorrente da reestruturação administrativa.	
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;		Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.	
CONSIDERANDO a Portaria nº 04/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) OCILENI ROSA DE ALMEIDA, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Coordenadora do Legislativo;		Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026.	
RESOLVE:		Vereador VINICIUS MACHADO	
Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) OCILENI ROSA DE ALMEIDA, anteriormente denominado(a) Coordenadora do Legislativo, passando a denominar-se CHEFE DE DIVISÃO DE PROCESSOS LEGISLATIVOS, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.		Presidente	
Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.		PORTARIA Nº 08/2026	
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.		Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.	
Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026		O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,	
Vereador VINICIUS MACHADO		CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;	
Presidente		CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;	
PORTARIA Nº 04/2026		CONSIDERANDO a Portaria nº 26/2025, de 03 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) ALINE BARBOSA PEREIRA DE OLIVEIRA., para o cargo de livre nomeação e exoneração de Encarregada de Serviços de Limpeza;	
Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.		RESOLVE:	
O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,		Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) ALINE BARBOSA PEREIRA DE OLIVEIRA, anteriormente denominado(a) Encarregada de Serviços de Limpeza, passando a denominar-se COORDENADORA DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO PREDIAL, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.	
CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;		Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.	
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;		Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.	
CONSIDERANDO a Portaria nº 05/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) LEONARDO PEREIRA DOS REIS, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Coordenador de Serviço Financeiro e Contábil;		Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026	
RESOLVE:		Vereador VINICIUS MACHADO	
Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) LEONARDO PEREIRA DOS REIS, anteriormente denominado(a) Coordenador de Serviço Financeiro e Contábil, passando a denominar-se CHEFE DE DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.		Presidente	
Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.		PORTARIA Nº 09/2026	
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.		Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.	
Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026		O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,	
Vereador VINICIUS MACHADO		CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;	
Presidente		CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;	
PORTARIA Nº 05/2026		CONSIDERANDO a Portaria nº 14/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) PAULO CESARIO, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Encarregado de Serviços Gerais;	
Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.		RESOLVE:	
O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,		Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) PAULO CESARIO anteriormente denominado(a) Encarregado de Serviços Gerais, passando a denominar-se COORDENADOR DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO PREDIAL, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.	
CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;		Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.	
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;		Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.	
CONSIDERANDO a Portaria nº 06/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) VILMARA ALVES DE AMORIM, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Gerente de Gestão de Pessoas;		Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026	
RESOLVE:		Vereador VINICIUS MACHADO	
Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) VILMARA ALVES DE AMORIM, anteriormente denominado(a) Gerente de Gestão de Pessoas, passando a denominar-se CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.		Presidente	
Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.		PORTARIA Nº 10/2026	
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.		Dispõe sobre exoneração e nomeação de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.	
Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026		O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,	
Vereador VINICIUS MACHADO		CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;	
Presidente		CONSIDERANDO que a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, revogou a legislação que instituiu o cargo comissionado de Assessor de Projetos Especiais, tornando necessária a adequação funcional dos(as) servidores(as) atingidos(as) pela nova estrutura;	
PORTARIA Nº 06/2026		CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;	
Dispõe sobre exoneração e nomeação de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.		CONSIDERANDO a Portaria nº 31/2025, de 03 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) HELLEN PEREIRA CABRAL MARQUES, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Chefe de Secretaria de Gabinete;	
O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,		RESOLVE:	
CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;		Art. 1º Exonerar a partir do dia 02 de janeiro de 2026, o(a) servidor(a) HELLEN PEREIRA CABRAL MARQUES, nomeada pela Portaria nº 31/2025, de 03 de janeiro de 2025 para o cargo comissionado de Assessora de Projetos Especiais , em razão da nova estrutura administrativa da Câmara Municipal, instituída pela Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.	
CONSIDERANDO que a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, revogou a legislação que instituiu o cargo comissionado de Chefe de Secretaria de Gabinete, tornando necessária a adequação funcional dos(as) servidores(as) atingidos(as) pela nova estrutura;		Art. 2º Nomear o(a) mesmo(a) servidor(a), a partir da mesma data, para exercer o cargo comissionado de Assessora Especial da Mulher, criado pela Lei Municipal nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, passando a integrar a nova estrutura organizacional da Câmara Municipal de Cataguases.	
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;		Art. 3º Fica expressamente consignado que a exoneração e a nomeação de que tratam os artigos anteriores não acarretam a perda do vínculo do servidor com a Câmara Municipal, tratando-se apenas de adequação funcional decorrente da reestruturação administrativa.	
CONSIDERANDO a Portaria nº 08/2025, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) NILTON ROCHA DE CARVALHO, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Chefe de Secretaria de Gabinete;		Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.	
RESOLVE:		Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026	
Art. 1º Exonerar a partir do dia 02 de janeiro de 2026, o(a) servidor(a) NILTON ROCHA DE CARVALHO, nomeado pela Portaria nº 08/2025, de 02 de janeiro de 2025 para o cargo comissionado de Chefe de Secretaria de Gabinete , em razão da nova estrutura administrativa da Câmara Municipal, instituída pela Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.		Vereador VINICIUS MACHADO	
Art. 2º Nomear o(a) mesmo(a) servidor(a), a partir da mesma data, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Comissões, criado pela Lei Municipal nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, passando a integrar a nova estrutura organizacional da Câmara Municipal de Cataguases.		Presidente	
Art. 3º Fica expressamente consignado que a exoneração e a nomeação de que tratam os artigos anteriores não acarretam a perda do vínculo do servidor com a Câmara Municipal, tratando-se apenas de adequação funcional decorrente da reestruturação administrativa.		PORTARIA Nº 11/2026	
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.		Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de livre nomeação e exoneração de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.	
Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026		O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,	
Vereador VINICIUS MACHADO		CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;	
Presidente		CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;	
PORTARIA Nº 07/2026		CONSIDERANDO a Portaria nº 101/2025, de 04 de dezembro de 2025, que nomeou o(a) servidor(a) ANDRÉ SOUSA GOMES, para o cargo de livre nomeação e exoneração de Assessor de Comunicação;	
Dispõe sobre exoneração e nomeação de servidor(a) da Câmara Municipal de Cataguases e dá outras providências.		RESOLVE:	
O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e regimentais,		Art. 1º - Alterar, a partir de 02 de janeiro de 2026, a nomenclatura do cargo de livre nomeação e exoneração ocupado pelo(a) servidor(a) ANDRÉ SOUSA GOMES, anteriormente denominado(a) Assessora de Projetos Especiais, passando a denominar-se ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, conforme previsto na Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025.	
CONSIDERANDO a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, que Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cataguases, cria cargos para provimento efetivo e em comissão, estabelece a unificação da tabela de cargos, define competências e dá outras providências;		Art. 2º A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da nomenclatura do cargo em comissão, não implicando em exoneração, nova nomeação, perda de vínculo, interrupção do tempo de serviço ou prejuízo de quaisquer direitos do(a) servidor(a) junto à Câmara Municipal de Cataguases.	
CONSIDERANDO que a Lei nº 5.149, de 30 de outubro de 2025, revogou a legislação que instituiu o cargo comissionado de Assessor Parlamentar Nível II, tornando necessária a adequação funcional dos(as) servidores(as) atingidos(as) pela nova estrutura;		Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.	
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da nomenclatura dos cargos em comissão à nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cataguases;		Gabinete da Presidência, 02 de janeiro de 2026	
		Vereador VINICIUS MACHADO	
		Presidente	

§ 3º A redução prevista § 2º aplica-se exclusivamente às novas operações de crédito contratadas a partir da entrada em vigor deste Decreto.

§ 4º Os contratos vigentes permanecerão regidos pelas condições pactuadas à época de sua contratação, sendo vedada qualquer alteração automática de seus termos em razão deste Decreto.

§ 5º Na hipótese de o percentual de que trata o parágrafo anterior ser excedido, serão suspensas as consignações por último averbadas, até que estas se adequem ao percentual estabelecido no presente Decreto, apenas para contratações realizadas a partir deste Decreto.

§ 6º Quando houver alteração nas consignações facultativas, por refinanciamento e por reajuste nas parcelas e/ou mensalidades; será considerada a data da alteração para definição da prioridade de desconto.

Art.11 - As consignações facultativas somente serão admitidas com autorização expressa por escrito ou por meio eletrônico com uso de senha pessoal e intransferível do consignado perante a consignatária ou, ainda, por outros meios desenvolvidos pelas consignatárias que garantam a segurança da operação realizada pelo servidor, o sigilo dos seus dados cadastrais e a comprovação da sua aceitação, podendo o Setor de Recursos Humanos requisitar da entidade, a qualquer momento:

I - A comprovação da autorização de desconto;

II - A ratificação da autorização de desconto, a ser providenciada pela entidade no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que houver dúvida quanto à manifestação de vontade do consignado ou na ausência do documento de autorização.

§ 1º A entidade consignatária deverá conservar em seu poder, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, a prova do ajuste celebrado com o consignado, em meio físico, no caso de documento assinado, ou digital, conforme o caso, para atendimento do disposto no “caput” deste artigo.

§2º A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares definindo os critérios relativos aos meios de autorização expressa referidos no “caput” deste artigo.

Art.12 - É vedado à consignatária:

I - ceder a terceiros toda e qualquer informação sobre os contratos em consignação celebrados, salvo durante as operações de crédito realizadas com correspondentes bancários, contratados nos termos da Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, do Banco Central do Brasil;

II - ceder a terceiros o seu código e suas espécies de descontos ou utilizá-los para fins diversos daqueles para os quais tenham sido autorizados;

III - transferir sua administração, total ou parcialmente, a terceiros;

IV - praticar conduta em desacordo com o disposto neste decreto;

V - ofertar produtos e serviços financeiros nas dependências da signante, bem como utilizar sua rede de contatos para divulgação de produtos, exceto quando se tratar de ações e capacitação, educativas e/ou culturais, decorrentes de parceria estabelecida.

Art.13 - A autorização para consignações em folha de pagamento de que trata este decreto não implica corresponsabilidade da Administração Pública por quaisquer compromissos assumidos entre o consignado e as consignatárias.

§ 1º Na hipótese de não efetivação de consignações por falta de margem consignável disponível ou por qualquer outro motivo, caberá aos consignados providenciar o recolhimento das importâncias por eles devidas diretamente à consignatária, não se responsabilizando a Administração Pública, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.

§ 2º As consignatárias que receberem qualquer quantia indevida deverão devolvê-la diretamente ao consignado, em até 5 (cinco) dias da data do repasse, com juros e correção monetária do período, contados da data do recebimento indevido até seu efetivo pagamento.

Art.14 - As entidades consignatárias devem assegurar aos consignados:

I - O acesso às informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões, explicitando, inclusive, direitos e deveres;

II - O fornecimento tempestivo de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços.

§ 1ºA prestação das informações e o fornecimento dos documentos referidos no “caput” deste artigo deverão ser efetivados em até 5 (úteis) dias, contados da data de solicitação pelo interessado.

§ 2º - O repasse às consignatárias será realizado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente àquele no qual os descontos foram efetuados, salvo casos excepcionais, devidamente justificados.

Art.15 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 5.051/2018 e nº 5.742/2023.

Gabinete do Prefeito,

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.

JOSÉ HENRIQUES

Prefeito

*Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 1.161/2025

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado em Concurso Público.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º- Autorizar a nomeação do Senhor PAULO EDUARDO DE SOUSA LANA, aprovado em 2º lugar no Concurso Público regido pelo edital 001/2023 para exercício do cargo de MÉDICO PSIQUIATRA, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art.2º- A posse deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de até 30 dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial do Município, conforme Decreto nº 4.388/2015.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,

Cataguases, 23 de dezembro de 2025.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
DANIEL RENAULT DE CASTRO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 001/2026

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata alínea g do inciso II do artigo 85, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Fica determinado que os dias de Feriado e de Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no ano de 2025, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais serão:

DATA	DIA DA SEMANA	MOTIVO
16/02/2026	SEGUNDA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO - CARNAVAL
17/02/2026	TERÇA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO - CARNAVAL
18/02/2026	QUARTA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO - CINZAS
03/04/2026	SEXTA - FEIRA	FERIADO - SEXTA FEIRA SANTA
21/04/2026	TERÇA - FEIRA	FERIADO - TIRADENTES
01/05/2026	SEXTA - FEIRA	FERIADO - DIA DO TRABALHO
22/05/2026	SEXTA - FEIRA	FERIADO - SANTA RITA DE CÁSSIA
04/06/2026	QUINTA - FEIRA	FERIADO – CORPUS CHRISTI
05/06/2026	SEXTA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO
07/09/2026	SEGUNDA - FEIRA	FERIADO - INDEPENDÊNCIA
12/10/2026	SEGUNDA - FEIRA	FERIADO – PADROEIRA DO BRASIL
02/11/2026	SEGUNDA - FEIRA	FERIADO - FINADOS

20/11/2026	SEXTA - FEIRA	FERIADO – CONSCIÊNCIA NEGRA
24/12/2026	QUINTA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO – VÊSPERA DE NATAL
25/12/2026	SEXTA - FEIRA	FERIADO - NATAL
31/12/2026	QUINTA - FEIRA	PONTO FACULTATIVO
01/01/2027	SEXTA - FEIRA	FERIADO

PORTARIA Nº 002/2026

Institui Comissão Especial de Concurso Público do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção, Mobilidade e Defesa Civil do Município de Cataguases.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso VII do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º - Instituir Comissão Especial de Concurso Público, com a finalidade de planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades pertinentes à realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção, Mobilidade e Defesa Civil do Município de Cataguases, criados pela Lei Municipal nº 5.157/2025.

Art.2º - Integram a Comissão:

Emília de Sousa Menta
Tereza Raquel da Silva e Silva
Priscila Coutinho Martins Werneck
Leandra de Oliveira Delgado
Felipe Dutra Ladeira

§1º - Fica designada a servidora Emília de Sousa Menta, para presidir a referida Comissão.

§2º - A Comissão poderá convidar outros servidores para participarem das reuniões, prestarem informações ou apoiarem a execução dos trabalhos.

Art.3º - São atribuições da Comissão:

I – orientar e acompanhar a organização e a realização do concurso público;

II – articular-se com a instituição organizadora do concurso público, objetivando:

a) fornecer subsídios para a realização do certame, especialmente quanto ao conteúdo das provas;

b) promover a divulgação de eventos do processo seletivo, em todas as suas fases;

c) analisar e propor a aprovação de editais, comunicados, manuais de instrução, critérios, cronogramas, programas de provas de habilitação e instrumentos correlatos;

d) desenvolver outras ações pertinentes ao concurso público.

III – informar processos e expedientes relacionados ao concurso público;

IV – fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços para a realização do concurso; e

V – prestar informações à Comissão Técnica de Segurança Pública Municipal e à Comissão Geral Coordenadora quando necessário.

Art.4º - As Secretarias Municipais fornecerão à Comissão Especial de Concurso Público todo o suporte administrativo, técnico e operacional necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 06 de janeiro de 2026.
JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
DANIEL RENAULT DE CASTRO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 003/2025

Designa Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar e de Processo Administração de Responsabilização de Pessoa Jurídica e dá outras providências.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata a alínea ‘c’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 97 da Lei nº 4.879, de 25 de agosto de 2022, resolve:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Comissão Processante para a atuação em Processo Administrativo Disciplinar e Processo Administrativo de Responsabilização que exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, nos termos definidos pela Lei nº 4.879/2022, de 25 de agosto de 2022, sendo composta pelos seguintes servidores efetivos:

TITULARES:

BERNARDO CHAIA COELHO, Jornalista, matrícula 153893;

ROBERTO GUIMARÃES, Jornalista, matrícula 146340;

MIRIAM DO ROSÁRIO OLIVEIRA SILVA DE ALMEIDA, Técnico em segurança, matrícula 153839.

SUPLENTE:

RENATA GOMES CARVALHO TÓFANI, Engenheiro Civil, matrícula 154113.

CECILIA MARQUES VALVERDE, Peb II Historia - Cef, matrícula 151432.

MARIA EMÍLIA CARVALHO DE ABREU, Agente Administrativo, matrícula 121436

Art. 2º - Nos servidores acima, fazem jus à gratificação de 35% prevista no §7º do artigo 97 da Lei nº4.897/2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de
Cataguases,07 de janeiro de 2025
JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 004 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 015/2025 – COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA - HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA - ARQUIVAMENTO

O Prefeito, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Lei Federal nº Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, considerando as provas carreadas ao processo, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório; o Chefe do Executivo nos usa de suas atribuições, HOMOLOGA a decisão de fls. 332/333 e DETERMINA pelo ARQUIVAMENTO do presente processo. Após,certifique-se o transitado em julgado da decisão e archive-se.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 005 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 020/2025 – CANAÃ DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA - HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Prefeito, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Lei Federal nº Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, considerando as provas carreadas ao processo, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório; o Chefe do Executivo nos usa de suas atribuições, HOMOLOGA a decisão final de fls. 74/76 e DETERMINA pela aplicação da seguinte penalidade: ADVERTÊNCIA, em estrita observância ao art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Após,certifique-se o transitado em julgado da decisão e archive-se.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 006 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 018/2025 – ASIS DISTRIBUIDORA LTDA ME - HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Prefeito, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Lei Federal nº Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, considerando as provas carreadas ao processo, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório; o Chefe do Executivo nos usa de suas atribuições, HOMOLOGA a decisão final de fls. 69/71 e DETERMINA pela aplicação das seguintes penalidades: MULTA no valor de R\$20.914,33(vinte mil, novecentos e quatorze reais e trinta e três centavos), em estrita observância à Cláusula 17.3.2 do Edital do Processo Licitatório n º 130/2024 e pela SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 3 (três) anos, com fundamento no Artigo 156, §4º da Lei 14.133/2021, dada a gravidade dos prejuízos causados. Após,certifique-se o transitado em julgado da decisão e archive-se.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 007 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 012/2025 – SUPERCOR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Prefeito, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Lei Federal nº Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, considerando as provas carreadas ao processo, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório; o Chefe do Executivo nos usa de suas atribuições, HOMOLOGA a decisão final de fls. 86/87 e DETERMINA pela aplicação das seguintes penalidades: MULTA no valor de R\$8.467,50 (Oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), em estrita observância à Cláusula 17.3.2 do Edital do Processo Licitatório nº 002/2025 e pela SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 3 (três) anos, com fundamento no Artigo 156, §4º da Lei 14.133/2021, dada a gravidade dos prejuízos causados. Após,certifique-se o transitado em julgado da decisão e archive-se.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 008 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 024/2025 – ASI SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EIRELI - HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Prefeito, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Lei Federal nº Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, considerando as provas carreadas ao processo, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório; o Chefe do Executivo nos usa de suas atribuições, HOMOLOGA a decisão final de fls. 225/229 e DETERMINA pela aplicação das seguintes penalidades: MULTA no valor de R\$ 56.060,00 (cinquenta e seis mil e sessenta reais), em estrita observância à Cláusula 6.2 do Contrato Administrativo nº 032/2020; e pela SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento na Cláusula 6.1 do Contrato Administrativo nº 032/2020, dada a gravidade dos prejuízos causados e a reincidência da empresa. Após,certifique-se o transitado em julgado da decisão e archive-se.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

Secretaria de Educação

Secretária: Marilda Matias

EDITAL SME Nº 01 de 2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CATAGUASES/MG

INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO DOS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA DA CULTURA CORPORAL E MUSICALIDADE DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL, VISANDO AO CADASTRO DE RESERVA ÀS DESIGNAÇÕES PARA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, considerando a Resolução nº 03/2024, a Resolução nº04/2025, o Decreto nº 6.109/2025 e a Lei nº 8.745/1993, torna pública as inscrições para cadastro de reserva (CR) visando à contratação por tempo determinado no âmbito da educação pública municipal, por meio de processo seletivo simplificado e suas designações, com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

1 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1- O presente processo seletivo é regido por este edital e seus anexos com o objetivo de criação de listagem classificatória de candidatos para cadastro de reserva (CR) visando ao possível preenchimento de vagas temporárias para Professor de Educação Básica com habilitação para exercício de função **NOS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA DA CULTURA CORPORAL E DA MUSICALIDADE**, - nas áreas de **Dança, Capoeira** e subáreas de **Música** -, na modalidade de EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL nos níveis da EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL I e ENSINO FUNDAMENTAL II nas escolas públicas municipais de Cataguases/MG.

1.2- A inscrição e a classificação do candidato neste processo seletivo não é garantia de contratação temporária para atuação na função.

1.3- As vagas para contratação temporária dos candidatos inscritos e listados serão preenchidas, após a classificação em listagem classificatória, por meio de processo de designação, visando à atuação docente nos Espaços de Vivência da CULTURA CORPORAL E MUSICALIDADE, nas áreas de **dança, capoeira** e subáreas de **música**.

1.4- A fase eliminatória deste processo seletivo simplificado acontecerá por meio do preenchimento do questionário de Inscrição on-line, da análise dos documentos de identificação pessoal, da análise curricular (Habilitações escolares básicas) e da experiência profissional dos candidatos (Declaração de experiência na área da atuação pleiteada expedida pela escola ou órgão no qual prestou serviço que comprove, no mínimo, dois anos de experiência e devidamente assinada), conforme descrito no **item 2.4** deste Edital, os quais deverão ser anexados no momento da inscrição on-line, visando garantir os aspectos qualitativos e a garantia da qualificação profissional para a área demandada, as especificidades do cargo e as peculiaridades inerentes às atividades de docência na educação básica.

1.5- Na inscrição on-line, a não apresentação de forma digitalizada dos documentos de caráter eliminatórios de identificação pessoal, dos diplomas e históricos de habilitação escolar básicos e da declaração de experiência profissional descritos no **item 2.4** deste Edital ocasionará a **desclassificação do candidato**.

1.6- A fase classificatória do presente processo seletivo simplificado não gera desclassificação do candidato e abrange a apresentação de forma digitalizada, no momento da inscrição on-line, dos Diplomas e Históricos dos cursos **adicionais**, conforme expresso no quadro do **item 8** deste Edital.

2 – DA FORMA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

2.1- As inscrições são gratuitas e serão realizadas de forma on-line por meio do aplicativo ***CATAGUASES MAIS***, clicando-se no ícone “**Serviços**” e depois na aba “**Secretaria de Educação**”.

2.2- Para se inscrever, o candidato deverá acessar o aplicativo ***CATAGUASES MAIS***, preencher o questionário de inscrição e anexar os documentos de identificação pessoal, a Declaração que comprove, no mínimo, dois anos de experiência na área de atuação pleiteada expedida pela escola ou órgão no qual prestou serviço, devidamente assinada, e os demais documentos de escolaridade/títulos exigidos por este edital.

2.3- Os documentos listados acima deverão ser digitalizados nos formatos de PDF ou imagem (JPEG ou PNG) para serem anexados no momento da inscrição.

2.4 – Os documentos básicos de caráter eliminatório para a inscrição do candidato são:

I- Cópia do documento de Identidade com foto, frente e verso; (obrigatório)

II- Comprovante de votação ou certidão de quitação eleitoral expedida no site do TRE; (obrigatório)

III- Certificado de Reservista ou de Dispensa, se homem. (obrigatório)

IV– Comprovante de conclusão de escolaridade (Diploma, Histórico ou Declaração de Conclusão) de curso de Magistério de nível médio, Curso Superior em Pedagogia, Normal Superior, Licenciatura plena em qualquer área ou Curso Superior em Habilitação Pedagógica para graduados não licenciados. (obrigatório um deles)

V – Comprovante de experiência profissional (HABILITAÇÃO) expedido pela escola ou órgão no qual prestou serviço, devidamente assinado e que comprove o mínimo de 02 (dois) anos de experiência, em pelo menos uma das áreas do Campo de Vivência **Cultura Corporal e Musicalidade** a seguir (obrigatório):

a) As três áreas de atuação do campo de vivência **Cultura Corporal e Musicalidade exigidas por este Processo Seletivo Simplificado** são:

1) Dança: ritmo, melodia, consciência corporal, alegorias, coordenação motora;

2) Capoeira: expressão corporal, jogos, performance do corpo, psicomotricidade;

3) Música, Subáreas:

3.1 Flauta: exploração do ritmo e postura, notas musicais básicas com exercício de sopro, manuseio dos dedos focando na exploração sonora e na construção de uma base musical divertida e progressiva.

3.2 Percussão: trabalho com a criatividade, melodias, ritmos, estímulo da sensibilidade e da percepção sonora;

3.3 Canto/coral: desenvolvimento da entonação da voz e ritmos, concentração, memória, trabalho em equipe, socialização;

3.4 Violão: notas musicais, iniciação com acordes simples, desenvolvendo o ritmo e a troca entre eles com foco na prática. Exploração da sensibilidade e da escuta.

b) O candidato deverá comprovar sua experiência profissional referente às áreas de Dança, Capoeira ou em uma das subáreas de Música (item 2.4, V, a) deste Edital) por meio de Declaração de atuação na área pleiteada que comprove pelo menos dois anos de experiência, expedida pela escola ou órgão no qual prestou serviço e devidamente assinada, a qual será analisada pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, em conformidade com as normas deste Edital.

2.5 – Os documentos pessoais, de escolaridade básica e formação adicional e a Declaração de experiência digitalizados em PDF ou em imagem (JPEG ou PNG) que estiverem ilegíveis ou corrompidos por falhas no software/hardware na origem do arquivo ou por motivo de vírus, não serão contabilizados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, ficando o candidato desclassificado e/ou punido na pontuação do respectivo documento.

2.6 – Os diplomas/certificados de **FORMAÇÃO ADICIONAL** para contabilização de pontos na classificação geral são:

I – Certificado de Curso de Aperfeiçoamento, Extensão ou Profissionalizante de, no mínimo, 120 horas;

II - Diploma e Histórico ou Declaração de Conclusão de Especialização (Pós- Graduação);

III- Diploma e histórico de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado);

IV- Diploma e histórico de Pós-Graduação stricto sensu (Doutorado).

a) As áreas de conhecimento dos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado, a quantidade de cursos(títulos) permitidos, bem como a pontuação de cada um dos títulos listados acima estão discriminadas no quadro do **item 8** deste Edital para cada uma das áreas do Campo de Vivência da Educação em Tempo Integral.

3- DA INSCRIÇÃO

3.1 – Os documentos de identificação pessoal, o Diploma/Histórico de escolaridade básica obrigatória, a Declaração de Experiência na área pleiteada (eliminatórios) e os Diplomas/Históricos de formação adicional (classificatórios) deverão ser digitalizados e anexados no momento da realização da inscrição on-line pelo Aplicativo ***CATAGUASES MAIS***.

3.2 - O candidato que tiver experiência (HABILITAÇÃO) para mais de uma área de conhecimento no Campo de Vivência **Cultura corporal e musicalidade** – e/ou para mais de uma subárea do campo de música, conforme descrito no **item 2.4, V, a)** deste Edital , poderá fazer mais de uma inscrição.

3.3 - Para cada nova inscrição, o candidato deve preencher o questionário de inscrição para o Campo de Vivência desejado e anexar todos os documentos pessoais, de escolaridade básica e de formação adicional e a Declaração de experiência necessários para a área pleiteada.

3.4 – Havendo mais de uma inscrição para a mesma área do componente Cultura Corporal e Musicalidade, valerá a última inscrição realizada.

3.5 - É de inteira responsabilidade do candidato preencher o questionário de inscrição no aplicativo ***CATAGUASES MAIS*** e anexar toda a documentação exigida por este Edital, se responsabilizando pela integridade e legibilidade dos documentos digitalizados e anexados e ao formato exigido dos arquivos, sob pena de desclassificação.

3.6 – O candidato constará como desclassificado na listagem classificatória caso não conste na sua inscrição todos os documentos básicos obrigatórios.

3.7 – Os documentos anexados ao aplicativo de inscrição ***CATAGUASES MAIS*** que estiverem ilegíveis ou com formato de arquivo que impeça a abertura do mesmo, não serão considerados e, caso este seja um documento básico obrigatório, o candidato restará desclassificado no processo seletivo simplificado.

3.8 – Não serão validadas inscrições fora do período/data estabelecidos neste Edital.

4- DO PERÍODO E DA FORMA DE INSCRIÇÕES

4.1- O candidato efetivará a sua inscrição via Aplicativo ***CATAGUASES MAIS***, clicando no ícone “***serviços***”, depois na aba “***Secretaria de Educação***” e preenchendo as informações solicitadas no questionário de inscrição, digitalizando e anexando as cópias de todos documentos de caráter eliminatório exigidos por este Edital e dos documentos de caráter classificatório que vier a possuir.

4.2- São documentos de caráter eliminatório: documentos pessoais de identificação, Declaração de Experiência de, no mínimo dois anos, de atuação na área pleiteada, expedida pela escola ou órgão no qual prestou serviço, e documentos de escolaridade básica para a função.

4.3 – São documentos de caráter classificatório: Documentos de escolaridade/títulos adicionais como Cursos de Aperfeiçoamento, Curso de Especialização, Mestrado ou Doutorado, conforme as áreas elencadas no quadro do **item 8** deste Edital.

4.4- As inscrições on-line pelo aplicativo ***CATAGUASES MAIS*** acontecerão a partir do dia **02/02/26** até as 23h59min do dia **06/02/2026**.

4.5 – Não serão aceitas inscrições enviadas fora do prazo e horário estipulado por este Edital.

5 – DOS DOCUMENTOS BÁSICOS OBRIGATÓRIOS DE ESCOLARIDADE

5.1. DA ESCOLARIDADE MÍNIMA DE CARÁTER ELIMINATÓRIO

5.1.1 - A habilitação escolar mínima para Professor de Educação Básica para atuar no ENSINO INTEGRAL nas funções estipuladas por este Edital é a formação em MAGISTÉRIO de nível médio ou Curso de Pedagogia, Normal Superior, Curso Superior de licenciatura em qualquer área ou ainda Habilitação Pedagógica para graduados não licenciados.

5.1.2 - Para comprovação da escolaridade serão considerados:

5.1.2.1- Diploma e Histórico de conclusão de curso de MAGISTÉRIO (nível médio);

5.1.2.2 - Diploma e Histórico ou Declaração de conclusão de curso de Pedagogia ou Normal Superior;

5.1.2.3 – Diploma e Histórico ou Declaração de conclusão de curso de Licenciatura;

5.1.2.4 - Diploma e Histórico ou Declaração de conclusão em curso de Formação Pedagógica para graduados(as) não licenciados(as).

5.2 – Todos os cursos listados acima deverão ser fornecidos por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes.

6 – DA ETAPA BÁSICA DE CARÁTER ELIMINATÓRIO VISANDO O CADASTRO DE RESERVA (CR) DE CANDIDATOS

6.1 - Para o funcionamento do Espaço de Vivência nas escolas com Educação Integral e em Tempo Integral serão necessários professores habilitados conforme os critérios básicos eliminatórios contidos no quadro seguinte:

CAMPO DE VIVÊNCIA DO TEMPO INTEGRAL	Documentos de Escolaridade básica exigidos (1)	Declaração de Experiência Profissional exigida (2)
CULTURA CORPORAL E MUSICALIDADE: <i>dança, capoeira, música</i> .	Magistério de nível médio; Pedagogia ou Normal Superior; Licenciatura plena em qualquer área de atuação ou Habilitação Pedagógica para graduados não licenciados.	Experiência de, no mínimo, dois anos nas áreas dança, capoeira ou nas subáreas de música, conforme explicitado no item: 2.4, V, a) deste Edital.

7 – DOS CURSOS DE FORMAÇÃO ADICIONAL DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO

7.1- Os documentos de formação adicional, se houver, deverão ser anexados pelo candidato no momento da inscrição.

7.2- As áreas de conhecimento exigidas para os diplomas/certificados de **formação adicional classificatórios** para este processo seletivo simplificado são:

1) Dança: ritmo, melodia, consciência corporal, alegorias, coordenação motora;

2) Capoeira: expressão corporal, jogos, performance do corpo, psicomotricidade;

3) Música, nas seguintes subáreas:

3.1 Flauta: exploração do ritmo e postura, notas musicais básicas com exercício de sopro, manuseio dos dedos focando na exploração sonora e na construção de uma base musical divertida e progressiva.

3.2 Percussão: trabalho com a criatividade, melodias, ritmos, estímulo da sensibilidade e da percepção sonora;

3.3 Canto/coral: desenvolvimento da entonação da voz e ritmos, concentração, memória, trabalho em equipe, socialização;

3.4 Violão: notas musicais, iniciação com acordes simples, desenvolvendo o ritmo e a troca entre eles com foco na prática. Exploração da sensibilidade e da escuta.

7.3 – As habilitações adicionais para atendimento das áreas de conhecimento listadas acima são:

I- Curso de Aperfeiçoamento, Extensão ou Profissionalizante de, no mínimo, 120 h nas áreas de Dança, Capoeira ou das subáreas de Música;

II- Curso de Aperfeiçoamento, Extensão ou Profissionalizante de, no mínimo, 120h em outras áreas da Educação Básica;

III- Curso de Especialização lato senso nas áreas de Dança, Capoeira ou nas subáreas de Música explicitadas por este Edital;

IV- Curso de Pós-Graduação lato senso em outras áreas da Educação Básica;

V – Curso de Pós-Graduação stricto senso (mestrado) na área da Educação Básica;

VI – Curso de Pós-Graduação stricto senso (doutorado) na área da Educação Básica.

7.4 – Todos os comprovantes de cursos (Diploma e Histórico ou Declaração de conclusão) citados acima serão analisados para a verificação de sua regularidade frente às normas deste edital, podendo os mesmo serem indeferidos pela Comissão

do Processo Seletivo Simplificado devido ao não atendimento às exigências deste Edital ou se estiverem com ilegitimidade na digitalização do documento ou ainda pela ausência de alguma parte essencial no Diploma, Histórico ou Declaração de Conclusão que impeça a análise da integralidade do documento.

7.5 - Todos os comprovantes de experiência profissional, de habilitação escolar mínima e de formação adicional (Pós-Graduação e curso de Aperfeiçoamento/Extensão) deverão ser expedidos e validados por instituições de ensino regularmente reconhecidas e aprovadas por seus órgãos competentes.

8- DA PONTUAÇÃO DOS CURSOS (TÍTULOS) DE FORMAÇÃO ADICIONAL

8.1 – Serão atribuídos pontuação aos títulos referentes às áreas e subáreas constantes do item 7.2 deste Edital para Professor de Educação Básica para atuar na função de educação em tempo Integral nas áreas de **Dança, Capoeira** e subáreas de **Música**, dentro do Campo de Vivência Cultura Corporal e Musicalidade.

ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA AS HABILITAÇÕES (TÍTULOS) ADICIONAIS				
Professor para atuar na educação em tempo integral nos níveis da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I e II nas áreas de DANÇA, CAPOEIRA OU subáreas de MÚSICA				
Campo de Vivência	TÍTULOS DE FORMAÇÃO ADICIONAL	PONTO POR CURSO	LIMITE DE CURSOS	LIMITE DE PONTOS
CULTURA CORPORAL E MUSICALIDADE	Curso de Aperfeiçoamento, Extensão ou Profissionalizante de, no mínimo, 120 horas na área de Dança ou Capoeira ou em uma das subáreas de Música: flauta, percussão, canto/coral ou violão .	04	04	16
	Curso de Aperfeiçoamento, Extensão ou Profissionalizante de, no mínimo, 120 horas em outra área da Educação Básica.	02	02	04
	Curso de Pós-Graduação (especialização) na área Dança ou Capoeira ou em uma das subáreas de Música: flauta, percussão, canto/coral ou violão .	20	01	20
	Curso de Pós-Graduação (especialização) em outra área da Educação Básica.	15	01	15
	Curso de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado) na área da Educação Básica.	20	01	20
	Curso de Pós-Graduação stricto sensu (doutorado) na área de Educação Básica.	25	01	25
Total de pontos	-----	----	-----	100

8.2- Em caso de empate, o desempate será feito com a seguinte prioridade:

8.2.1 – Maior número de horas nos cursos de Formação Adicional (Pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu + curso de Aperfeiçoamento ou Extensão) apresentados pelo candidato nos limites de cursos permitidos por esse Edital.

8.2.2- Maior idade.

9- DAS LISTAGENS CLASSIFICATÓRIAS PRELIMINARES

9.1 – Haverá três (03) listagens classificatórias separadas para as áreas do conhecimento de **Dança, Capoeira** e nas subáreas de **Música**.

9.2 – As listagens classificatórias conterão a pontuação dos candidatos inscritos na ordem decrescente de pontos obtidos e será publicada no Jornal Cataguases conforme previsão de datas do Anexo I deste Edital;

9.3 – Os candidatos desclassificados por não atenderem aos requisitos básicos ou por falta de documentos na inscrição, constarão como desclassificados na listagem classificatória.

10- DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

10.1 – A interposição de recurso quanto ao resultado da classificação preliminar deverá ser realizado pelo Aplicativo ***CATAGUASES MAIS***, seguindo o modelo padrão de recurso descrito no Anexo II deste Edital.

10.2 - Os pedidos de recursos que não estiverem devidamente fundamentados e que não remeterem exclusivamente à pontuação do candidato, serão automaticamente indeferidos.

10.3- O resultado de cada recurso será expedido individualmente para o candidato no e-mail informado por ele.

10.4 – O resultado geral dos pedidos de recursos serão publicados no Instagram Oficial da Secretaria de Educação conforme o cronograma (Anexo I) deste Edital com a informação expressa na forma: *deferido ou indeferido*.

11- DAS LISTAGENS CLASSIFICATÓRIAS FINAIS

11.1- As listagens classificatórias finais para as áreas do conhecimento de **Dança, Capoeira** e subáreas de **Música**, após a análise dos recursos, visando às designações para contrato por tempo determinado, serão publicada no Jornal Cataguases e postadas no Instagram oficial da Secretaria de Educação, conforme cronograma do anexo I deste Edital.

12 - DA ETAPA DAS DESIGNAÇÕES

12.1- A designação é a etapa em que o candidato classificado em lista classificatória e presente no local e data determinados, concorre à(s) vaga(s) publicizadas no Edital de Designação, respeitada a ordem classificatória dos presentes.

12.2- Toda designação estará condicionada à apresentação de documento de identificação com foto.

12.3- Não havendo preenchimento da vaga por candidato classificado em lista, o candidato não listado poderá assumir a vaga por meio de seleção imediata, desde que o mesmo possua, no ato da designação, toda a documentação pessoal, Declaração de Experiência, certificados de escolaridade e de habilitação exigida neste edital, impressa (original e cópia) exigida para a função.

12.4- Não havendo preenchimento da vaga publicizada por meio do Edital de Designação, deverá ser publicado novo Edital com as vagas não preenchidas.

13. DO VENCIMENTO NA FUNÇÃO, LOCAIS DE ATUAÇÃO E EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA A ATUAÇÃO

13.1 – A área de atuação e vencimentos para contrato por tempo determinado de Professor de Educação Básica para atuar no Campo de Vivência **Cultura Corporal e Musicalidade** da educação integral nas escolas e creches da rede municipal de ensino de Cataguases são:

ÁREAS PARA A FUNÇÃO DOCENTE	NÍVEIS DE ENSINO PARA ATUAÇÃO	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA/EXPERIÊNCIA	VENCIMENTO
Professor de Educação Básica para atuar na Educação Integral nas áreas do conhecimento de Dança, Capoeira ou Música , dentro do Campo de Vivência: Cultura corporal e musicalidade.	Atuação com alunos da Educação Básica (Ed. Infantil e Ensino Fundamental I e II) nas escolas de Tempo Integral.	Magistério de nível médio, Curso Superior em Pedagogia ou Normal Superior, Licenciatura ou Habilitação Pedagógica e mais experiência profissional na área.	*RS 2.375,79

* valor atribuído para uma jornada de 20h/a semanal

13.2 - Para as funções docentes previstas por esse Edital, é direito o benefício de Ticket Alimentação, pago mensalmente, e a opção de vale-transporte com desconto no contracheque mensal.

14- DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

14.1 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ATUAR NO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DE CULTURA CORPORAL E MUSICALIDADE NAS ÁREAS DE **MÚSICA, CAPOEIRA OU DANÇA** NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COM ATUAÇÃO NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

- Realizar uma metodologia ativa em que o **aluno é colocado como protagonista** e agente central do aprendizado, em contraste com o ensino tradicional passivo, onde o professor apenas transmite conteúdo.

-Executar tarefas do exercício de docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II e atividades pedagógicas que dão suporte diretamente às unidades de Ensino,entre outras atividades correlatas do cargo.

-Planejar e ministrar aulas através de planos de cursos e planos de aulas, dentro de sua especialidade, orientar a aprendizagem buscando sempre atender avanços da tecnologia educacional, bem como as diretrizes emanadas dos órgãos competentes, de forma a contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino, da didática e para a participação ativa dos alunos nos Espaços de Vivências desenvolvidos pela escola.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Contemplar vivências aos alunos com música que valorizam o corpo como forma de expressão, comunicação e descoberta;

Contemplar vivências aos alunos com a capoeira e a consciência corporal que valorizam o corpo como forma de expressão, comunicação e descoberta;

Contemplar vivências aos alunos com danças que valorizam o corpo como forma de expressão, comunicação e descoberta;

-Contemplar vivências aos alunos que explorem movimentos, sons, ritmos e gestos, promovendo criatividade, imaginação, coordenação motora e sensibilidade artística;

-Incentivar os alunos à socialização, ao respeito às diferenças, ao cuidado consigo e com o outro, celebrando manifestações culturais e brincadeiras corporais e musicais do cotidiano infantil, para o desenvolvimento integral do estudante;

- Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;

- Responder pelo bom uso e conservação do mobiliário e material didático;

- Respeitar alunos, funcionários de forma compatível com sua atividade de educador;

- Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo ensino-aprendizagem;

- Registrar e manter sempre atualizados, no Diário de Classe, as anotações referentes à frequência, aproveitamento, dias letivos, e conteúdos trabalhados;

- Participar das atividades promovidas pela escola, inclusive festas, participando das mesmas com os alunos;

- Resolver os problemas surgidos em classe, encaminhando-os à coordenação, quando necessário;

- Participar das reuniões pedagógicas da escola, promovidas pelo supervisor para aprimoramento profissional e troca de experiências;

- Manter contatos com supervisor pedagógico sobre o desenvolvimento dos alunos;

- Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com a comunidade escolar;

- Zelar pelo bem estar dos educandos;

-Manter absoluta assiduidade e pontualidade, comunicando ao(a) coordenador(a) com antecedência os atrasos e faltas eventuais;

- Manter absoluto sigilo sobre informações confidenciais;

- Participar de cursos e programas de capacitação profissional, quando convidado ou convocado, ainda que em horário diferente do usual;

- Conhecer e respeitar o Regimento Interno das escolas em que atua;

- Assinar diariamente o Livro de Ponto.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- O período de vigência deste processo seletivo simplificado é de 01 (um) ano a partir da data de publicação da homologação da lista classificatória final no Jornal Cataguases, podendo ser prorrogado para mais 01 (um) ano.

15.2 – O candidato que houver usado de documentos falsos, ou quaisquer outros meios ilícitos, a qualquer época, será eliminado, mesmo depois de classificado e/ou formalização o contrato de prestação de serviço.

15.3- A inscrição do candidato implicará na concordância plena e integral com os termos deste Edital.

15.4- As datas constantes neste edital poderão sofrer eventuais alterações, circunstância que será mencionada em edital de retificação e/ou comunicado a ser publicado.

15.5- É de inteira responsabilidade dos(as) candidatos(as) o acompanhamento dos cronogramas previstos neste Processo Seletivo Simplificado e suas eventuais alterações e complementações.

15.6 – A inscrição do candidato neste processo seletivo simplificado não garante a obrigatoriedade, por parte do

mmunicípio de Cataguases, de realização de designação para preenchimento de vagas para posterior contratação temporária dos candidatos classificados em lista.
15.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Cataguases, 07 de janeiro de 2026.

Marilda Matias de Souza Silva
Secretária Municipal de Educação
José Henriques
Prefeito Municipal de Cataguases

ANEXO I
Processo Seletivo - Edital 01/2026
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

	ETAPAS	DATAS
1	Publicação do Edital no Jornal Cataguases	11/01/2026
2	Inscrição pelo Aplicativo <i>CATAGUASES MAIS</i>	02/02/2026 a 06/02/2026
3	Publicação no Jornal Cataguases da listagem classificatória preliminar	15/02/2026
4	Interposição de recursos pelo Aplicativo <i>CATAGUASES MAIS</i>	23 e 24/02/2026
5	Resultado dos Recursos no Instagram Oficial da Secretaria de Educação	03/03/2026
6	Publicação da listagem classificatória final no Jornal Cataguases	08/03/2026

**O cronograma deste Edital poderá sofrer alterações a depender do volume de inscrições realizadas.*

ANEXO II

Processo Seletivo - Edital 01/2026
Resolução SME 04/2025

FORMULÁRIO MODELO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA EDUCAÇÃO – EDITAL 01/2026

Nº do Recurso: _____ (Preenchido pela SME)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do Candidato: _____ E-mail para contato: _____

Nº de inscrição do candidato: _____ Função: Professor Educação Básica para atuar nos Espaço de Vivências.

TIPO DE CERTIFICADO ESCOLAR OU DECLARAÇÃO A SER CONTESTADA

DESCREVER OBJETIVAMENTE AS RAZÕES DO RECURSO

Cataguases-MG, __de _____de 2026.

Assinatura do candidato: _____

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ CONTER RASURA.
Secretaria de Fazenda
Secretário: Tiago Rodrigues

EXTRATO DE EDITAIS
EDITAL RETIFICADO - Qualificação técnica
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 033/2025

O Município de Cataguases, por meio de seu Prefeito Sr. José Henriques comunica a todos os interessados que fará no dia 19 de fevereiro de 2026 às 09 h na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, a abertura do Processo Licitatório nº 201/2025 na modalidade Concorrência Pública nº 033/2025, de forma presencial, Tipo Menor Valor Global, para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo os serviços do Setor Administrativo (Contrato); Setor Comercial (Atendimento ao público, Fornecimento de software, leitura, emissão de fatura, cadastramento de ligações de água, pagamentos); Setor de Operação e Manutenção – Água e Esgoto (Conjuntos eletromecânicos, adutoras, rêdes e ramais de água e esgoto); Setor de Tratamento – Água (Captação, adução, produção, reservação e distribuição de água); e Setor de Tratamento – Esgoto (Coleta e tratamento final); em atendimento às demandas da Prefeitura do Município de Cataguases/MG.

Valor estimado: R\$ 24.212.364,86

Os interessados poderão adquirir o edital através do site www.cataguases.mg.gov.br e qualquer dúvida entrar em contato pelo tel: (32) 3429 2500, Ramal 153 ou através do e-mail licitacaopmcataguases@gmail.com

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.

José Henriques/ Prefeito de Cataguases

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025

Modalidade: CHAMADA PÚBLICA

Órgão: Prefeitura de Cataguases/ Secretaria de Educação

Período de entrega dos envelopes: De 8 horas do dia 12/01/2026 às 16 horas do dia 30/01/2026

Data da análise da documentação: 02/02/2026 às 9h

Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, conforme especificações dos gêneros alimentícios listados no termo de referência.

Valor estimado: R\$ 444.093,52

Informações através do e-mail licitacaopmcataguases@gmail.com

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.

José Henriques/ Prefeito de Cataguases

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2025
UASG 984305 - PE 90098

Tipo: Menor preço por lote

Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes para atender às demandas dos alunos da rede pública de ensino pertencente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Cataguases-MG.

Data de realização: 26/01/2026 às 09h

Valor estimado: R\$ 1.043.189,24

Fundamentação Legal: 14.133 de 01 de abril de 2021

Disponibilidade do Edital: sede do Setor de Licitação e Contratos na Rua Major Vieira, 212, Centro, Cataguases/MG, por e-mail no seguinte endereço: pregaocataguases@gmail.com, no site da Prefeitura de Cataguases: www.cataguases.mg.gov.br e pelo portal de compras do Governo Federal: www.comprasgov.vernamentaisais.gov.br.

Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília.

Esclarecimentos pelo tel: (32) 3429 2500 ou através do e-mail pregaocataguases@gmail.com

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.

José Henriques / Prefeito de Cataguases

EXTRATO DE HOMOLOGAGÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2025

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de ambulância de UTI Adulto e Neonatal para atendimento a transferências de pacientes do SUS e eventos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG.

EMPRESA: MED RESGATE LTDA

Data de homologação: 11/12/2025

Valor homologado: R\$ 1.221.000,00

Valor estimado: R\$ 1.426.540,00

José Henriques/ Prefeito de Cataguases

EXTRATO DE HOMOLOGAGÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2025

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa empresa especializada no fornecimento de produtos de higiene pessoal e itens de cama e banho, com entrega parcelada para atender à Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.

EMPRESAS: 12.400.900 ZUIRES MARIA SOUZA DOS SANTOS, CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA, CANAA DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA, COMERCIAL P & L LTDA, COMERCIAL PRIME LTDA, DISTRIBUIDORA REGIONAL DE ALÉM PARAÍBA LTDA, DISTRIBUIDORA UNIMAR BRASIL LTDA, F A FLY UTILIDADES LTDA, FAROL IND E COM LTDA, KARLA KAROLINE FONTES MENESES, MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, NOVAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHÃO LTDA, PLENNA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, ROSILAN COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA

Data de homologação: 06/01/2026

Valor homologado: R\$ 276.105,30

Valor estimado: R\$ 633.963,48

Itens frustrados: 17 e 27

José Henriques/ Prefeito de Cataguases

EXTRATO DE ATAS						
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 336/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2025						
Detentora da Ata: RC RODRIGUES LOCAÇÕES OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de grade de isolamento/contenção (gradil), em atendimento às demandas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, a saber:						
Item	Descrição	Und	Qty	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE GRADE DE ISOLAMENTO/CONTENÇÃO (GRADIL) COM MEDIDAS DE 2,00M X 1,20M, FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO.	Diária	10000	AURATEC	19,80	198.000,00
TOTAL:						198.000,00

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de 15 de dezembro de 2025 e término em 14 de dezembro de 2026 podendo ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária 2025.

Cataguases, 15 de dezembro de 2025
José Henriques/Prefeito de Cataguases
Rudiel Camerino Rodrigues/Empresário
Daniel Maciel da Silva/Sec. de Esportes
Rafael Resende Nogueira/Sec. de Agricultura e M. Ambiente
Rosângela Moreira Lima Costa/Sec. de Cultura
Ricardo Henrique Castro de Matos/Sec. Desenv. Econ. Gestão Inst.
Testemunhas: Janelte Aparecida Garcia/Lidia Pereira Dias Marques

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025

Detentora da Ata: **JORGE RAMOS DE OLIVEIRA**

OBJETO:Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de suplementos alimentares para atender às demandas judiciais da Secretaria Municipal de Saude da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, a saber:

Item	Descrição	Und	Qty	Marca	Registro ANVISA	Valor Unitário	Valor Total
1	Dieta infantil: Indicação: 0 a 12 meses, aspecto físico: pó, uso: enteral ou oral, fonte de proteína: ptn hidrolisada soro leite, fonte de carboidrato: maltodextrina e, ou lactose e, ou amido, fonte de lipídios: óleos vegetais, componentes adicionais: vitamina e fibras, características adicionais: isento glúten, sacarose e frutose, adicionais: c, lc pufas, prebióticos/ Lata 800g; Necessário conter Nº de registro da Anvisa. Os produtos deverão ter no mínimo50% (cinquenta por cento) do prazo de validade total, contando a partir de sua data de fabricação, produção ou envase, e possuir prazo de validade mínimo de nove meses na data de entrega/recebimento do produto no município.	Lata	1.200	APTAMIL PEPTI	665770098	153,50	184.200,00
2	Dieta Enteral: Aspecto Físico: Líquido, uso: enteral ou oral, Características: Hipercalórica, Hiperproteica, fonte de proteína: caseinato e PTN isol. soja e/ou PTN Isol. leite. Fonte de Carboidrato: Xarope Miho E/Ou Sacarose E/Ou Maltodextrina Fonte De Lipídios: Óleos Veg. E/Ou Tcm E/Ou Lec. Soja. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais Características Adicionais: Isenta Lactose E Glúten./ Frasco 1.000ml/ Necessário conter Nº de registro da Anvisa. Os produtos deverão ter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do prazo de validade total, contando a partir de sua data de fabricação, produção ou envase, e possuir prazo de validade mínimo de nove meses na data de entrega/recebimento do produto no município.	Frasco	1.600	Isosource 1.5	659650103	36,50	58.400,00
3	Dieta infantil: maltodextrina, e frutose, C, Aspecto Físico: pó, uso: enteral e/ou oral, fonte de proteína: Ptn Isolada Soja fonte de carboidrato:fonte de lipídios: óleos vegetais	Lata	150	Milnutri Soja	665770122		

	componentes adicionais: vitaminas e minerais, características adicionais: isento glúten, adicionais: C/lecitina soja/ Lata 800g; Necessário conter Nº de registro da Anvisa. Os produtos deverão ter no mínimo50% (cinquenta por cento) do prazo de validade total, contando a partir de sua data de fabricação, produção ou envase, e possuir prazo de validade mínimo de nove meses na data de entrega/recebimento do produto no município.					89,90	13.485,00
TOTAL:							256.085,00

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de 16 de dezembro de 2026 e término em 15 de dezembro de 2026 podendo ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada na autorização de fornecimento, nota de empenho ou futuro contrato pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sob o número:

02.008 – Secretaria de Saúde
0.008 – Cumprimento de Sentenças Judiciais na Área da Saúde.
3.3.90.91.00.00.00.00 - 1.500 – Sentenças Judiciais (Ficha 324)
Cataguases, 16 de dezembro de 2025
José Henriques/Prefeito de Cataguases
Jorge Ramos de Oliveira/Empresário
Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira/Sec. de Saúde
Testemunhas: Neimar Garcia de Oliveira/Rafaela do Carmo Soares

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 340/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2025

Detentora da Ata: **MED RESGATE LTDA**

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de ambulância de UTI Adulto e Neonatal para atendimento a transferências de pacientes do SUS e eventos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG, a saber:

Item	Descrição	Und	Qty	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de Ambulância UTI Móvel Adulto. Baixa Complexidade: o paciente será removido com o acompanhamento do médico, porém não estará entubado.	KM	15.000 Km	19,80	297.000,00
2	Locação de Ambulância UTI Móvel Adulto. Alta Complexidade: o paciente será removido com o acompanhamento médico, estando entubado e em uso de medicamento.	KM	15.000 Km	32,00	480.000,00
3	Locação de Ambulância UTI Neonatal. Baixa Complexidade: o paciente será removido com o acompanhamento do médico, porém não estará entubado.	KM	5.000 Km	34,00	170.000,00
4	Locação de Ambulância UTI Neonatal. Alta Complexidade: o paciente será removido com o acompanhamento médico, estando entubado e em uso de medicamento.	KM	5.000 Km	34,00	170.000,00
5	Locação de Ambulância UTI Móvel Adulto. Alta Complexidade, para realização de eventos com exigência técnico operacional e/ou do corpo de bombeiros.	H	200 hs	520,00	104.000,00
TOTAL:					1.221.000,00

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de 11 de dezembro de 2026 e término em 10 de dezembro de 2026 podendo ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada na autorização de fornecimento, nota de empenho ou futuro contrato pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sob o número:

02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.099 – Gestão do Serviço de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação.
3.3.90.39.00.00.00.00 - 1.500 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Ficha: 463)
Cataguases, 11 de dezembro de 2025

José Henriques/Prefeito de Cataguases
Maria José Wermelinger Ferraz/Empresária
Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira/Sec. de Saúde
Testemunhas: Rafaela do Carmo Soares/Neimar Garcia de Oliveira

EXTRATO DE ADITIVOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025
CONTRATO DE OBRAS Nº 013/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E EL - BETEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 59.592.252/0001-08 PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA COZINHA NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO AMARO NO BAIRRO GRANJARIA DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES-MG.

DO OBJETO O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência e o acréscimo de serviços referente ao Contrato Administrativo nº 058/2025 conforme justificativa informada no Ofício SO 509/2025 e Ofício SO 533/2025 da Secretaria de Obras e em concordância com o parecer jurídico.

DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo terá vigência por 05 (cinco) meses, iniciando a contagem a partir do dia 28 de dezembro de 2025 sendo o término em 27 de maio de 2026, podendo ser prorrogado por interesse público, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021.

DO VALOR DE ACRÉSCIMO O termo aditivo acresce o valor de R\$ 30.037,81 (trinta mil, trinta e sete reais e oitenta e um centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo: 02.012 - Secretaria Municipal de Obras 1.010 – Construção, ampliação e melhoria das unidades escolares - Ensino Fundamental – 3.3.90.39.14.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Bens Móveis - Outros Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica - 1.543.000.0000.000 - Transferências do FUNDEB - (Ficha 725).

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assinam.
Cataguases, 12 de dezembro de 2025.
José Henriques/Prefeito de Cataguases
John Lenon Rodrigues Melo / Representante Legal
José Maria Magalhães Sasso / Sec. Municipal de Obras
Testemunhas: Nilyê Faria de Oliveira / Rafaela do Carmo Soares

TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 277/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 058/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES E A EMPRESA FREITAS & FRANCISCO COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA CNPJ 13.471.232/0001-70 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBA DE INFUSÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPOS EM ATENDIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL INFORMADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAGUASES-MG.
DO OBJETO O presente termo aditivo terá por objeto a prorrogação da vigência contratual estipulada na cláusula segunda do termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2023, o reajuste de valor e alteração do fiscal conforme ofício SMS/DIRA-LICIT 0111/2025 da Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com o parecer jurídico.
DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo terá vigência por 12 (doze) meses iniciando a contagem a partir do dia 02 de Janeiro de 2026 e término em 01 de janeiro de 2027 podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 8.666/93 e por interesse da Administração.
DO VALOR TOTAL E REAJUSTE O valor global do presente termo é de R\$ 5.397,72 (cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), conforme abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Marca	Vr. Unit.	Vr. Total
01	Bomba de infusão - Uma bomba a ser utilizada pela paciente enquanto necessário. <p>Equipo - 20 Equipos Mensais - Equipo deve ser compatível com a Bomba de Infusão.</p>	Und	12	Lifemed	R\$ 449,81	R\$ 5.397,72
					TOTAL:	R\$ 5.397,72

O índice do reajuste é de 4,4618% - Índice IPCA dos últimos doze meses.

ALTERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO Fica alterado o fiscal do contrato estipulado na Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 001/2023, item 11.1, sendo nomeada a servidora Natália da Silva Gonçalves Samel.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, relativo aos exercícios financeiros de 2026 compatíveis a Secretaria Municipal de Saúde; 02.008 - Poder Executivo/Secretaria de Saúde 0.008 - Cumprimento de Sentenças Judiciais na Área da Saúde - 3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais - 1.500.000.1002.000 - Recursos Não Vinculados de Impostos - (Ficha 324).

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assinam.
Cataguases, 23 de dezembro de 2025.
José Henriques/Prefeito de Cataguases
Fernanda Freitas Canedo / Representante Legal
Vinicius Franzoni B. Ferreira / Secretário M. de Saúde
Testemunhas: Nilyê Faria de Oliveira / Murilo de Paula Abrita

SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E INSTITUTO DE PESQUISA, GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 11.105.473/0001-70.
DO OBJETO O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de serviços referente ao Contrato Administrativo nº 016/2025 conforme justificativa informada no Ofício SECADM 300/2025 da Secretaria de Administração e em concordância com o parecer jurídico.
DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo mantém a vigência contratual, com início em 23/12/2025.
DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS Ficam acrescidos os seguintes serviços conforme descrito e justificado no memorando nº 300/2025, a saber:
Realização do concurso público de provas e título para o Agente de Trânsito – Com Curso de Formação conjunto – 15 vagas e Agente de Defesa Civil– 05 vagas, a ser realizado em conjunto com o da Guarda Municipal;
Realização de Processo Seletivo Simplificado - de Títulos para suprir as vagas imediatas da EMHATEC refernte aos cargos de Auxiliar de Apolo ao Educando – 34 vagas; Auxiliar Serviços de Limpeza Predial e Conservação – 36 vagas e Auxiliar Serviços - Porteiro/Vigia – 22 vagas;
Realização de Processo Seletivo Simplificado - de Títulos para suprir necessidade de contratação temporária do município para os cargos de Assistente Social – 03 vagas e Cuidador Terapêutico – 04 vagas
Os serviços ora acrescidos encontram-se detalhadamente descritos na proposta apresentada pela contratada, a qual guarda plena consonância com o objeto originalmente pactuado e estão devidamente justificados pela Secretaria Municipal de Administração.
DO VALOR O valor total estimado do aditivo é de R\$ 181.327,00 (cento e oitenta e um mil, trezentos e vinte e sete reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:
02.002 - Secretaria de Administração 2.024 - Manutenção Administrativa - Secretaria de Administração - 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica - 2.500.000.0000.000 - (Ficha 62).
DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assinam.
Cataguases, 23 de dezembro de 2025.
José Henriques/Prefeito de Cataguases
Mauriceia Virginia de Moraes Lage / Representante Legal
Daniel Renault de Castro / Sec. Municipal de Administração
Testemunhas: Nilyê Faria de Oliveira / Lucas Brandão Siqueira

SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2023
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 262/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 107/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E SOUZA E CASSIMIRO PROJETOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ 33.835.985/0001-24, PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE PROGRAMAS DE FOMENTO E SUBSÍDIO AO ESPORTE INCLUINDO O ICMS ESPORTIVO EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ESPORTES DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

DO OBJETO Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência estipulada na cláusula segunda do termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 094/2023 e acréscimo de serviços conforme ofício nº 202/2025 da Secretaria de Esportes e em concordância com o parecer jurídico.

DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo terá vigência por 12 (doze) meses, iniciando a contagem a partir do dia 02 de janeiro de 2026 sendo o término em 01 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado por interesse público, na forma do Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 9.648/98.

VALOR E ACRÉSCIMO O valor global deste termo é de R\$ 71.250,00 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais) por 12 meses, com acréscimo de 25% dos serviços totalizando o valor mensal em R\$ 5.937,50 (cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2025, compatível com a dotação a seguir: 02.017 - Secretaria de Esportes 2.217 - Manutenção Administrativa - Secretaria de Esportes 3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria - 1.500.000.0000.000 - Recursos Não Vinculados de Impostos - (Ficha 947).

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo de credenciamento originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assina.
Cataguases, 24 de dezembro de 2025.

José Henriques/Prefeito de Cataguases
Ana Carolina Lopes Cassimiro / Representante Legal
Daniel Maciel da Silva / Sec. Mun. de Esportes
Testemunhas: Nilyê Faria de Oliveira / Murilo de Paula Abrita

Publicações de Terceiros

RESOLUÇÃO 047/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CATAGUASES – MG através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3939/2011 e;

Considerando:

I-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

II-Resolução nº 018/2024, que dispõe sobre as diretrizes para concessão de Certificado de Autorização para Captação de recursos (CAC) através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA); e

III-Aprovação pela assembleia ordinária de 17/12/2025;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de Certificado de Autorização para Captação de recursos (CAC) no valor de R\$ 114.445,00 (cento e quatorze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) para a Associação de Moradores dos Bairros Ibraim e Iracema para o financiamento do Plano de Trabalho do Projeto Tibum no valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.

Cataguases, 17 de dezembro de 2025

Murilo Matias de Souza

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 048/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CATAGUASES – MG através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3939/2011 e;

Considerando

I - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

II- Resolução Nº 050/2024, que aprovou a concessão do Certificado de Autorização para Captação de recursos (CAC) para a Escolinha de Futebol Joias da Taquara;

III- Resolução nº 003/2025, que deferiu a liberação de recurso do Fundo da Infância e Adolescência no valor de R\$ 33.015,60 (trinta e três mil e quinze reais e sessenta centavos) para a Escolinha de Futebol Joias da Taquara;

IV- Solicitação de remanejamento de recursos devidamente justificada para Escolinha de Futebol Joias da Taquara;

V-Aprovação pela assembleia ordinária do dia 17/12/2025;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o remanejamento de saldos do Projeto Joias da Taquara dos seguintes valores correspondentes aos respectivos itens: R\$ 1.147,00 (item lanche); R\$ 1.003,28 (aquisição de bolas); R\$ 4.250,00 (evento de dia das crianças) para realização de Festa de Fim de ano.

Art. 2º- Aprovar o remanejamento de saldo do Projeto Joias da Taquara do valor de R\$ 296,01 referente ao item Festa de Fim ano para o item Aniversário do Projeto.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.

Cataguases, 17 de dezembro de 2025

Murilo Matias de Souza

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 072/2025 (Retificada)

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS através de seu Presidente, no uso das atribuições de seu cargo que lhe confere a Lei nº 4.867, de 18 de julho de 2022, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Cataguases; e

Considerando:

I- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social e

altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II- Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

III-Parecer favorável da Comissão de Fundo, Orçamento e Recurso Público e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família em relação ao relatório de execução física-financeira da Obra Unida Lar São Vicente de Paulo em reunião realizada no dia 17/12/2025;

IV- Aprovação em Assembleia Geral Ordinária em 22/12/2025;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o relatório do Serviço Social da Obra Unida Lar São Vicente de Paulo sobre os Serviços Executados pela organização referente ao mês de novembro de 2025.

Art. 2º - Concordar com o repasse de recurso referente ao termo de parceria firmado entre Secretaria de Desenvolvimento Social e a Obra Unida Lar São Vicente de Paulo.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua deliberação em 22/12/2025.

Cataguases, 22 de dezembro de 2025

Murilo Matias de Souza

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 074/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS - através de seu Presidente, no uso das atribuições de seu cargo que lhe confere a Lei nº 4.867, de 18 de julho de 2022, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Cataguases; e

considerando a Resolução CNAS Nº 213/2025, que estabelece parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e prazos pelos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, para a provisão dos benefícios eventuais, previstos no art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar critérios e prazos para concessão dos Benefícios de Assistência Social no Município de Cataguases no âmbito da Política de Assistência Social.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 2º Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da política pública de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestados a indivíduos e famílias que se encontram em insegurança e desproteção social decorrentes de vulnerabilidade temporária.

§ 1º Os benefícios eventuais constituem provisões socioassistenciais a serem preferencialmente garantidas em forma de pecúnia, podendo ocorrer também em forma de bens e, excepcionalmente, como prestação de serviço.

§ 2º As vivências de situações de vulnerabilidade temporária são decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos pessoais e sociais, desprotegendo, comprometendo a sobrevivência e fragilizando ou rompendo o convívio familiar e comunitário.

Art. 3º Os benefícios eventuais devem ser providos de forma integrada com os serviços socioassistenciais, visando garantir a segurança de acolhida, convívio, sobrevivência e autonomia aos indivíduos e às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades temporárias, conforme disposto no art. 6º, inciso VI, da Lei nº 8.742/1993.

Parágrafo único. As situações de insegurança e de desproteção social podem ser de natureza material e relacional, assim como expressam as vivências de vulnerabilidade temporária.

Art. 4º Os seguintes princípios devem ser observados no processo de provisão de benefícios eventuais, visando a efetivação das funções de proteção social, defesa e garantia de direitos e vigilância de desproteção social das (os) beneficiárias (os):

I- integração à rede de serviços socioassistenciais, visando a efetivação de proteção social;

II- constituição de provisão adequada, primando por procedimentos simples e ágeis, para enfrentar os eventos que gerem vulnerabilidades temporárias;

III- proibição de vinculação a contribuições prévias e condicionalidades;

IV- adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

V- garantia de planejamento e organização para a provisão de benefícios eventuais às(aos) usuárias(os), com prontidão e qualidade na concessão, bem como espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI- garantia da provisão do benefício eventual com referenciamento da(o) beneficiária(o) aos serviços socioassistenciais;

VII- garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VIII- afirmação dos benefícios eventuais como direito de cidadania;

IX- ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e

X- desvinculação de comprovações de renda complexas, vexatórias e discriminatórias, que estigmatizam beneficiárias(os) e a política de assistência social.

Parágrafo único. São vedadas exigências que causem constrangimento, opressão, discriminação ou quaisquer outras formas de violação de direitos humanos das(dos) beneficiárias(os) para a comprovação dos critérios de acesso.

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS CRITÉRIOS

Art. 5º Constituem características dos benefícios eventuais:

I- a eventualidade e a emergência que caracterizam a situação vivenciada pelos indivíduos e pelas famílias; e

II- a periodicidade para manutenção do benefício.

Art. 6º Não constitui critério para concessão de benefícios eventuais a exigência de cadastramento prévio no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico ou inserção de informações em outros cadastros e aplicativos complexos, sob pena de não alcançar o objetivo de proteção social às famílias.

Parágrafo único. A falta de documentação por parte de pessoas em situação de rua ou que residam em territórios afetados por desastres, ou ainda por migrantes, refugiadas(os) ou apátridas sem documentação de identificação nacional não constitui impedimento para a concessão de benefícios eventuais.

Art. 7º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente considerando as diferentes condições e necessidades geradas pelas desproteções sociais.

§ 1º Benefícios eventuais distintos podem ser concedidos à mesma (ao mesmo) beneficiária (o) concomitantemente.

§ 2º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente com programas de transferência de renda ou benefícios assistenciais e de outras políticas públicas, observadas as necessidades das pessoas beneficiárias.

Art. 8º Os benefícios eventuais devem ser garantidos a todas as pessoas, famílias, grupos e comunidades, de áreas urbanas ou rurais, grupos populacionais tradicionais específicos, respeitando as diferentes configurações familiares, modos de vida, pertencimentos culturais, crenças e tradições.

Art. 9º Os critérios definidores de necessidades sociais para a concessão de benefícios eventuais são as vivências de situações de vulnerabilidade temporária.

Art. 10. Para fins de concessão do benefício eventual, podem ser considerados como parâmetros de priorização:

I- as situações de dependência de cuidados;

II- a presença de deficiência;

III- a faixa etária;

IV- a moradia em territórios específicos; e

V- outras questões afetas à realidade do município e dos territórios de vivência.

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 11. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pela presença circunstancial de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que podem decorrer de:

I- contingência relacionada à gestação, ao nascimento e à morte;

II- falta de acesso circunstancial à alimentação, à moradia ou a unidades de acolhimento institucional e à documentação básica;

III- situações de emergências em assistência social, acarretadas por desastres socioambientais, provocados por fenômenos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, biológicos e pela intervenção humana;

IV– situação de dano, perda ou agravamento decorrentes das vivências em territórios que estejam em situação de conflito, grave violação de direitos socioassistenciais, humanos, socioambientais e socioeconômicos;

V- situação de abandono, apatridão, preconceito, discriminação e isolamento;

VI- ocorrência de violência física, psicológica, sexual ou patrimonial, bem como de exploração sexual;

VII– impossibilidade de a família garantir proteção social integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência que vivenciam situações de risco de perda do vínculo familiar e comunitário;

VIII– situações decorrentes de migração, refúgio, apatridia, repatriação, deportação e retorno;

IX– situação de rua decorrente de fragilidade ou perda dos vínculos familiares, de moradia e/ou violência intrafamiliar, dentre outras circunstâncias;

X– situações de exploração sexual e trabalho infantil, tráfico de pessoas, trabalho escravo ou trabalho em condições análogas à escravidão;

XI- outras situações de ameaça à vida ou que comprometam a sobrevivência e o convívio familiar e comunitário; e

XII- situações decorrentes da exploração de garimpo ilegal e outras formas de exploração ilegal, que gerem riscos sociais, ambientais e sanitários, comprometendo a sobrevivência e a convivência comunitária de indivíduos e povos indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais.

§1º A concessão de benefício eventual para situação de fome ou de insegurança alimentar, na forma de bens alimentícios, deve ser excepcional, cumprir seu caráter temporário e emergencial, e garantir padrão de qualidade, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

§2º O benefício eventual para indivíduos e famílias desabrigados, desalojados ou residentes em área de risco poderá ser concedido como medida temporária e subsidiária, não substituindo o direito à moradia, sob responsabilidade da Política Pública de Habitação, priorizando essa estratégia em detrimento a soluções de unidades de acolhimento institucional temporários e provisórios.

§3º O benefício eventual para acesso a passagens e transporte pode ser concedido nas situações previstas nos incisos e parágrafos deste artigo.

§4º É vedada a utilização do benefício eventual para acesso a passagens e transporte previsto no parágrafo anterior para desenvolvimento de práticas higienistas, aporofóbicas, ações involuntárias e compulsórias ou outras ações que coloquem as (os) beneficiárias (os) em situação vexatória, em especial à população em situação de rua.

Art. 12. O valor de referência do benefício eventual na forma de aluguel social será de até 1/3 do salário mínimo.

Art. 13. A partir da realidade local, podem ser identificadas outras situações de vulnerabilidade temporárias não previstas nesta Resolução, que podem ensejar a atuação do poder público local e a prestação de benefícios eventuais.

DA SITUAÇÃO DE GESTAÇÃO E NASCIMENTO

Art. 14. As situações de vulnerabilidade temporária decorrentes da gestação e do nascimento de membro da família requerem provisão do Benefício Eventual, conforme dispõe a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e se destinam a atender às necessidades sociais da pessoa gestante, puérpera, nutriz, dos familiares, da criança ou das crianças que vão nascer e das recém-nascidas.

§ 1º O provimento do benefício eventual deve considerar as circunstâncias peculiares da gestação e do nascimento como a ocorrência de gêmeos, trigêmeos, criança com deficiência e demandas materiais que envolvem as situações de guarda, adoção e acolhida no âmbito familiar, de modo a prevenir a institucionalização.

§ 2º O provimento do benefício eventual deve considerar as circunstâncias e necessidades sociais das famílias extensas, guardiãs e acolhedoras, fomentando o direito à convivência familiar e comunitária.

§ 3º O valor de referência do benefício eventual será de até 1/3 do salário mínimo.

DA SITUAÇÃO DE MORTE

Art. 15. As situações de vulnerabilidade temporária, decorrentes de morte de membro da família, requerem a provisão do benefício eventual, conforme dispõe a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e destinam-se:

I- ao apoio à família para enfrentar os riscos, as perdas ou os danos advindos da morte de um de seus provedores ou membros;

II- ao apoio e acolhimento à mãe, ao pai ou à família nos casos de falecimento de crianças após o nascimento;

III- ao apoio e acolhimento à família, quando do falecimento da pessoa gestante ou da criança, no período da gestação ou do nascimento da(s) criança(s); e

IV- ao sepultamento gratuito, digno e de qualidade, respeitando a liberdade de credo e religião.

Art. 16. A prestação de benefícios eventuais por decorrência de morte deve considerar a realidade do município, respeitada a diversidade dos ritos religiosos e demais rituais de luto.

§1º O benefício eventual concedido em forma de pecúnia deve ser suficiente para que a família providencie o custeio dos bens e serviços demandados para o velório, sepultamento e traslado de corpo quando necessário.

§2º A concessão de benefício eventual na forma de bens deve garantir o fornecimento de uma funerária e parentes destinados ao velório e ao sepultamento.

Art. 17. Compete à gestão local firmar protocolos interinstitucionais com a finalidade de definir responsabilidades e atribuições das políticas públicas municipais e distrital, com a adoção de fluxos e pronta resposta dos serviços demandados para velório, sepultamento e traslado quando necessário.

DA VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA POR DESASTRE, CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I– Desastre – resultado de evento adverso decorrente de ação natural ou antrópica sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais, nos termos do art. 2º, inciso VII, do Decreto nº 10.593 de 24 de dezembro de 2020;

II- Calamidade Pública – situação anormal decorrente de desastre que provoca danos e prejuízos que comprometem a capacidade de resposta do ente federativo atingido; e

III- Emergências em assistência social – situações de risco excepcional, de caráter coletivo, que resultem em desproteção social à população, requerendo adoção de medidas imediatas, conforme o art. 1º, § 2º, e no art. 2º da Resolução CNAS Nº 194 de 13 de maio de 2025, incluindo as situações de calamidade pública e desastres.

IV

Art. 19. O benefício eventual destinado ao enfrentamento das situações de emergência em assistência social tem como objetivo garantir a sobrevivência, a dignidade e as seguranças socioassistenciais de indivíduos e famílias afetados, conforme o art. 4º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012.</

DA ANÁLISE, CONCESSÃO E GESTÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 23. No processo de análise, concessão e gestão dos benefícios eventuais compete:

I- a todas as equipes de referência do SUAS a identificação da necessidade e do direito de acesso ao benefício eventual;

II– às equipes das entidades e organizações da sociedade civil de assistência social referenciar as famílias ou indivíduos às unidades públicas do SUAS para avaliação e concessão dos benefícios eventuais;

III- às equipes de referência das unidades públicas do SUAS o reconhecimento do direito, a concessão do benefício, o acompanhamento familiar e ingresso em serviços socioassistenciais, quando necessário; e

IV- ao órgão gestor da assistência social garantir a provisão dos benefícios eventuais.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o acompanhamento familiar, a vinculação a qualquer serviço socioassistencial ou a qualquer outra política pública, pode ser uma condição para acesso ao benefício eventual, sendo vetado condicionalidades para garantia do direito.

Art. 24. As equipes de referência devem:

I- observar e informar às(aos) beneficiárias(os) do caráter público da prestação e da efetivação dos serviços e benefícios públicos;

II- fomentar práticas democráticas, participativas e inclusivas, em observância aos princípios éticos dispostos no art. 6º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, bem como aos direitos socioassistenciais das(os) usuárias(os); e

III– produzir para as(os) beneficiárias(os) a certeza de que ele encontrará acolhida, convívio, renda, meios para o desenvolvimento de sua autonomia e apoio institucional.

DA INTEGRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Art. 25. Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento, monitoramento e aprimoramento da integração dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Art. 26. Constitui princípio para a provisão dos benefícios eventuais a sua integração orgânica aos serviços socioassistenciais, conforme diretriz do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda.

§ 1º O acompanhamento familiar é um direito das famílias devendo ter como perspectiva efetivar os direitos socioassistenciais, promover o acesso aos serviços públicos, contribuir para reparar danos de violações de direitos, romper padrões violadores, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias.

§ 2º A inserção das (os) beneficiárias (os) no acompanhamento familiar, nos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, pode ser efetivada na perspectiva do direito das(os) beneficiárias(os) aos benefícios eventuais para prevenir o agravamento da desproteção social.

§ 3º Cabe ao órgão gestor a adoção de medidas para propiciar a inserção das(dos) beneficiárias(os) nos serviços, de forma proativa, protetiva e preventiva, contribuindo para a prevenção e a proteção social integral e erradicar visões distorcidas e práticas clientelistas de provisão de benefícios eventuais.

DA GESTÃO DESCENTRALIZADA, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Art. 28. A concessão e a provisão de benefícios eventuais devem ser descentralizadas nas unidades públicas municipais do SUAS para garantir o acesso ágil por parte das(os) beneficiárias(os).

DO CONTROLE SOCIAL E DA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

Art. 29. Cabe ao órgão gestor e ao Conselho de Assistência Social garantir ampla divulgação dos benefícios eventuais, contemplando informações sobre:

I- os procedimentos para reconhecimento do direito, incluindo a sua responsabilidade legal perante informações auto declaratórias e assinaturas;

II- os critérios adotados e as condições de concessão do benefício; e

III- onde recorrer em caso de reclamação para a defesa e garantia de seus direitos.

Parágrafo único. Deve-se assegurar dispositivos para manifestação e reclamação, por parte das(os) beneficiárias(os), e a criação de espaços de escuta para avaliação e sugestões de aprimoramento e qualificação dos processos para acesso aos benefícios eventuais.

Art. 30. O órgão gestor deverá disponibilizar ao CMAS, a cada semestre, relatórios contendo informações sobre a previsão orçamentária e o acompanhamento, monitoramento e avaliação da prestação dos benefícios eventuais, incluindo demanda e provisão, tipos de benefício eventual, acompanhamento pelos serviços socioassistenciais, execução financeira dentre outros.

Parágrafo único. O Conselho de Assistência Social deverá dispor de informações específicas sobre o acompanhamento, monitoramento e avaliação da prestação dos benefícios eventuais e do impacto nas condições de vida de suas(seus) beneficiárias(os).

Art. 31. Esta resolução entra em vigor na data de sua deliberação.

Cataguases, 22 de dezembro de 2025

MURILO MATIAS DE SOUZA
Presidente do CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital ficam convocados os empregados da empresa ZOPONE – Engenharia e Comércio LTDA, associados e interessados, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a se realizar no dia: 13 DE JANEIRO DE 2026 = 3ª feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, na sede do Sindicato, situada na Avenida Coronel Antônio Augusto de Souza, 211, centro = Cataguases-MG, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

01-Leitura do Edital de Convocação;

02-Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior;

03-Votação da PROPOSTA DA EMPRESA Zopone – Engenharia e Comércio Ltda, para o Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026;

04-A votação poderá ser via e-mail do Sindicato.

E-mail: stieecataguases2017@gmail.com;

05-Outros assuntos correlatos.

Cataguases, 06 de janeiro de 2026.
GERALDO MAGELA BELGO
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital ficam convocados os empregados da EMPRESA ENERGISA S/A E CSE-CENTRO DE SERVIÇOS DA ENERGISA, associados e interessados, para uma Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia: 13 DE JANEIRO DE 2026 = 3ª FEIRA, ÀS 18:00 HORAS em primeira convocação e, se não houver quórum, às 18:30 horas em segunda convocação, na sede do Sindicato, situada na Avenida Coronel Antônio Augusto de Souza, 211 – Cataguases-MG, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

06-Leitura do Edital de Convocação;

07-Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior;

08-Elaborar e aprovar, por votação, a pauta de reivindicações a ser encaminhada à Empresa, com vistas à celebração do acordo coletivo de trabalho de 2026/2027;

09-Aceitaremos sugestões para compor a pauta de reivindicações até o dia 13 de janeiro, via e-mail stieecataguases2017@gmail.com;

10-Votar e aprovar autorização à diretoria do Sindicato para negociar o acordo, firmá-lo e ou, na impossibilidade, instaurar dissídio coletivo;

11-Analisar e votar aprovação do caráter permanente da presente Assembleia;

12-Outros assuntos correlatos.

Cataguases, 06 de janeiro de 2026.
GERALDO MAGELA BELGO
Presidente

SINSERPU CATAGUASES E REGIÃO – SINDICATO DOS SERVIDORES DAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DE CATAGUASES, ASTOLFO DUTRA, SANTANA DE CATAGUASES, ITAMARATI DE MINAS, DONA EUZÉBIA, RECREIO E UBÁ.

CNPJ: 26115253/0001-02. Registro Sindical: 240000.005998/92-99

Rua Rabelo Horta, nº 167 – Centro – Cataguases/MG CEP:36.770-064 telefone (32) -3422-2093 email:sindicatocat@yahoo.com.br facebook : sinserpucataguases@gmail.com.br

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ACORDO COLETIVO**

Pelo presente edital de convocação, o Sinserpu Cataguases e Região – Sindicato dos Servidores das Prefeituras e Câmaras Municipais de Cataguases, Astolfo Dutra, Santana de Cataguases, Itamarati de Minas, Dona Euzébia, Recreio e Ubá – MG, convoca, nos termos de seu Estatuto, todos os servidores das Prefeituras e Câmaras Municipais de Cataguases, Astolfo Dutra, Santana de Cataguases, Itamarati de Minas, Dona Euzébia e Recreio, filiados ou não, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária nos dias, horários e locais abaixo indicados, para deliberar sobre o tema do dia:

- Leitura do Edital de Convocação;
- Deliberação sobre o Acordo Coletivo de Trabalho 2026;
- Encerramento.

a. Recreio: Sede do Sindicato na Rua Prefeito José Antônio, nº 80, Loja 01, Centro, no dia 12/01/2026 às 17:00h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 17:30h em segunda chamada com qualquer número dos presentes;

b. Cataguases: Sede do Sindicato na Rua Rabelo Horta, nº 167, Centro, no dia 13/01/2026 às 17:00h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 17:30h em segunda chamada com qualquer número dos presentes;

c. Dona Euzébia: Sede da Câmara Municipal na Avenida Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Centro, no dia 14/01/2026 às 16:00h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 16:30h em segunda chamada com qualquer número dos presentes;

d. Astolfo Dutra: Sede da Câmara Municipal na Praça Governador Valadares, nº 77, Centro, no dia 14/01/2026 às 17:30h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 18:00h em segunda chamada com qualquer número dos presentes;

e. Itamarati de Minas: Sede da Câmara Municipal na Avenida Ricardo Zanela, nº 79, Centro, no dia 15/01/2026 às 17:00h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 17:30h em segunda chamada com qualquer número dos presentes;

f. Santana de Cataguases: Sede da Câmara Municipal na Rua Nelson Soares Dutra, nº 119, Centro, no dia 16/01/2026 às 17:00h em primeira chamada com a presença de cinquenta por cento mais um dos servidores, ou às 17:30h em segunda chamada com qualquer número dos presentes.

Cataguases/MG, 05 de janeiro de 2026.

Carlos Silvério Da Silva Oliveira
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral

Cataguases, 05 de janeiro de 2026

AAFAN – Associação Fraterna de Assistência aos Necessitados, CNPJ nº 26.146.191/0001-98, convoca seus associados, membros efetivos da Assembleia Geral para eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal para o triênio 2026/2029 a realizar-se no dia 23/02/2026 às 19 horas, em primeira convocação, em sua sede na Rua Antônio Januário Carneiro, 463, bairro São Vicente, nesta cidade de Cataguases, ficando aberto o prazo de 08 (oito) dias para o registro de chapas, a contar do dia seguinte da data de publicação deste Edital.

A Assembleia Geral deliberará mediante voto concorde da maioria dos associados efetivos presentes à reunião, sendo necessária, em primeira convocação, a presença de maioria absoluta dos associados efetivos, ou 1/3 dos associados em segunda convocação.

Cataguases, 05 de janeiro de 2026

Associação Fraterna de Assistência aos Necessitados – AFAN
Presidente - Maria Lúcia Pacheco do Carmo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Cataguases

ATA PARA ENCERRAMENTO DA INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA ELEIÇÕES SINDICAIS

Aos 29 de dezembro de 2025, às 18h, encerrou-se o prazo de Inscrições de Registro de Chapas para as eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Cataguases, a realizar-se no dia 19 de janeiro de 2026. A Chapa única registrada recebeu a numeração de chapa nº 01. Requerida pelo associado, Márcio Pereira de Lemos, registrando a candidatura dos seguintes associados conforme discriminado abaixo:

Francisco Martins da Silva

Márcio Pereira de Lemos

Joana D’arque Espíndola

Jairo Clementino Bento

Maycon Furtado da Costa

Rodrigo Albino Ribeiro

Cláudio Vieira de Souza

Marcelo Eduardo Silvério

Israel da Silva Xavier

Alessandro Aniceto Nascimento

Ademir Cardoso Riguede

Bruno de Sousa Chaves

Franklin de Oliveira

Fica aberto o prazo de 05 (cinco dias) para a impugnação de candidatura, a partir da publicação do edital.

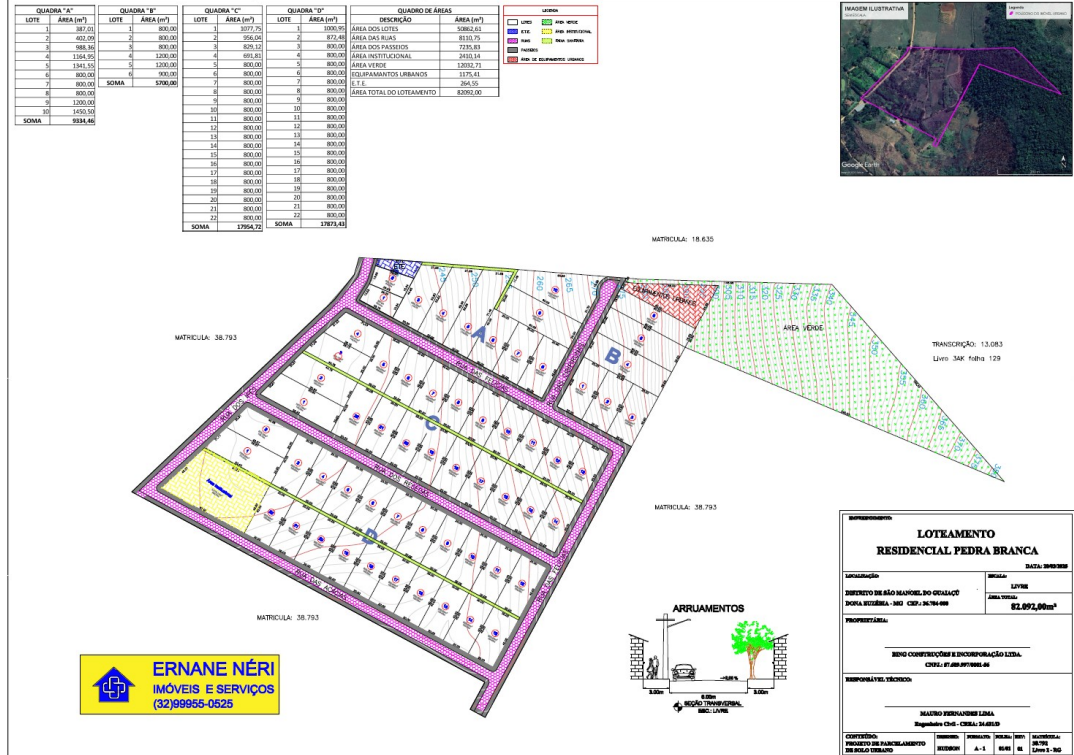
(Retroativo ao dia 04/01/2026)

Cataguases, 30 de Dezembro de 2025.

Francisco Martins da Silva
Presidente do Sindicato

EDITAL DE LOTEAMENTO

Bel. JULIANO DA SILVA QUEIROZ, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Cataguases/MG, segundo as atribuições conferidas pelo art. 19 da Lei nº 6.766/79, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que esta Serventia está processando pedido de **REGISTRO DE LOTEAMENTO**, protocolizado sob o nº **118.224**, no qual BING CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÃO LTDA., CNPJ 57.689.997/0001-56, com sede na Estrada São Manoel do Guaiacú a Pedra Branca, s/nº, Dona Euzébia/MG, por seu representante, apresentou os documentos descritos no art. 18 da Lei 6.766/79, necessários ao registro do loteamento denominado **“LOTEAMENTO RESIDENCIAL PEDRA BRANCA”**, localizado no Distrito de São Manoel do Guaiacú, devidamente aprovado pelo Município de Dona Euzébia/MG em 18/11/2025, conforme Lei nº 2.083/2025. O imóvel objeto do loteamento tem área de 82.092,00m², matriculado sob o nº 38.792 – Iv. 02, composto por 60 lotes dispostos nas quadras A, B, C e D, com 8.110,75m² de área de Ruas, 7.235,83m² de área de passeios, 12.032,71m² de área verde, 2.410,14m² de área institucional, 1.175,41m² de área de equipamentos urbanos, 264,55m² de área de E.T.E. e 50.862,61m² de área total de lotes, conforme planta abaixo:



Por este edital ficam os interessados cientes que, caso não sejam apresentadas impugnações no prazo de 15 (quinze) dias da última publicação deste será procedido o registro do loteamento. Eventual impugnação deverá ser apresentada perante este Oficial, na Rua Dr. Sobral, 182, Centro, Cataguases/MG, CEP 36.770-044. Cataguases/MG, 12/12/2025. (a) Bel. Alex Eduardo de Souza Pereira - Oficial Substituto de Registro.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Cataguases é lar de uma das espécies anfíbias mais raras do planeta

Perereca-pintada-do-rio-pomba, descoberta no município, está criticamente ameaçada de extinção e será tema de projeto de educação ambiental



Pouca gente sabe, mas Cataguases é o único lugar do planeta onde vive uma das espécies de anfíbios mais raras do mundo. Trata-se da *Nyctimantis pomba*, conhecida popularmente como perereca-pintada-do-rio-pomba, um anfíbio exclusivo do município e atualmente classificado como Criticamente Ameaçado de Extinção. A espécie foi descoberta em um fragmento de mata no povoado de Sinimbu pelo biólogo cataguasense Clodoaldo Assis, que há anos se dedica ao estudo e à preservação do animal. A perereca-pintada-do-rio-pomba possui características únicas e depende diretamente da conservação do seu habitat natural para sobreviver.

Em 2024, a *Nyctimantis pomba* passou a integrar oficialmente a lista de espécies Criticamente Ameaçadas de Extinção no Brasil e no mundo, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A principal ameaça é a perda de habitat, causada pela degradação ambiental e pela fragmentação das áreas de mata. Com o objetivo de ampliar a conscientização sobre a importância da preservação da espécie, Clodoaldo Assis e a bióloga Jamaica Vilela, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, darão início neste ano a um projeto de educação ambiental voltado para escolas e comunidades. A iniciativa busca informar a população sobre a relevância da perereca-pintada-do-rio-pomba e estimular práticas de conservação dos ecossistemas locais.

Conservar essa espécie significa preservar a vida, o equilíbrio dos ecossistemas e a riqueza natural que define nossa região. Mais do que um anfíbio raro, a *Nyctimantis pomba* é um símbolo da identidade ambiental de Cataguases e um reflexo do compromisso da cidade com a proteção do seu patrimônio natural.



2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Cataguases



31 de Janeiro (sábado)



08h30 às 12h30



Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto
(Colégio Cataguases) - Granjaria

A Prefeitura de Cataguases convida você e sua comunidade para a **2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo**. Este é um momento importante para **ouvir a população e definir os rumos do nosso desenvolvimento**. Venha conhecer os resultados das análises feitas com sua contribuição!

Sua presença é fundamental para construir uma Cataguases cada vez melhor para todos.

Não perca! A sua participação faz toda diferença!



CATAGUASES
PREFEITURA

SERVIÇOS URBANOS

Prefeitura intensifica reparos de calçamento pela cidade



A Prefeitura, por meio da Secretaria de Serviços Urbanos, segue trabalhando diariamente para manter a cidade mais segura, organizada e bem cuidada. As equipes realizaram serviços de manutenção e recomposição do calçamento em paralelepípedos, com correção de desníveis, reforço da base e ajustes junto ao meio-fio. As intervenções melhoram o tráfego de veículos, aumentam a segurança de pedestres e contribuem para o correto escoamento da água da chuva, evitando novos danos às vias. Os trabalhos são executados de forma manual e cuidadosa, preservando o padrão original das ruas e garantindo maior durabilidade do pavimento. Nesta semana, as ações foram realizadas na Avenida João Inácio Peixoto, no Bairro Granjaria, além de trechos de vias públicas da região do Centro da cidade.

Serviços Urbanos realiza manutenção de rede pluvial no Bairro Thomé



Nesta semana, teve início a manutenção da rede de drenagem pluvial na Rua Maria Areia, localizada no Bairro Thomé. A intervenção visa corrigir problemas estruturais identificados no sistema de escoamento de águas pluviais, que apresentava danos e comprometia a segurança da via.

O serviço consiste na recuperação e substituição de manilhas de concreto com 60 centímetros de diâmetro, que estavam danificadas pelo tempo e pela ação da água. A substituição das peças é fundamental para restabelecer o correto fluxo da água da chuva, prevenindo alagamentos, processos de erosão do solo e danos ao pavimento asfáltico, especialmente em períodos de chuvas mais intensas.

As equipes vêm trabalhando com apoio de máquinas e equipamentos adequados, tendo o propósito de solucionar o problema de forma definitiva, garantindo maior durabilidade ao sistema de drenagem e mais segurança para quem transita pelo local.

Durante o andamento dos trabalhos, podem ocorrer intervenções temporárias no tráfego da via, como interdições parciais ou desvios momentâneos. A Prefeitura orienta motoristas e pedestres a redobram a atenção ao passar pelo trecho e agradece a compreensão e a colaboração da população.

A ação integra o cronograma contínuo da secretaria de Serviços Urbanos de manutenção da infraestrutura, que vem sendo executado em diversos pontos do município, com foco na prevenção de transtornos e na melhoria da qualidade de vida.